

## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

### **GRUPO SBF S.A.**

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
30 de abril de 2020, às 09:00 h

## SUMÁRIO

1.	Edital de Convocação .....	3
2.	Proposta da Administração .....	5
2.1.	Tomada das contas dos administradores, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .....	5
2.2.	A destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .....	6
2.3.	Retificar o montante global da remuneração da Administração para o biênio 2019/2020, aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019.	7
	Anexo I.....	9
	Anexo II .....	57
	Anexo III.....	61
	Anexo III-A.....	64
	Anexo IV.....	115

## 1. Edital de Convocação

### **GRUPO SBF S.A.**

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11

NIRE 35.300.390.458

*Companhia aberta*

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

São Paulo, 30 de março de 2020.

Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Centauro") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 30 de abril 2020, às 09:00h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, CEP 05038-090, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGOE"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(iii)** a retificação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o biênio de 2019/2020, aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019.

#### **Informações Gerais:**

1. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente; (ii) por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); ou (iii) via boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à

Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”).

2. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e, conforme o caso: (i) **Pessoas Físicas**: documento de identificação com foto; (ii) **Pessoas Jurídicas**: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso); (iii) **Fundos de Investimento**: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso). Todos os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à AGOE munidos dos documentos com foto e validade no território nacional que comprovem sua identidade e/ou condição. Solicita-se que os acionistas apresentem os documentos referidos acima com antecedência de 48 horas antes da data da AGOE para melhor organização dos trabalhos da AGOE.
  
3. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia ([www.ri.centauro.com.br](http://www.ri.centauro.com.br)), no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019: (i) relatório da administração; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes da Companhia; e (iv) demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta da Administração e aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 2588-5000 ou via e-mail: [ri@centauro.com.br](mailto:ri@centauro.com.br).

**SEBASTIÃO VICENTE BOMFIM FILHO**

Presidente do Conselho de Administração

## **2. Proposta da Administração**

### **2.1. Tomada das contas dos administradores, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras”), cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião instalada em 13 de março e finalizada em 18 de março de 2020 (“RCA 03/2020”). A KPMG Auditores Independentes emitiu relatório sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia (“Relatório dos Auditores Independentes”).

Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia ([www.ri.centauro.com.br](http://www.ri.centauro.com.br)), no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019: (i) relatório da administração; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes da Companhia; e (iv) demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, III, da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, constam como **ANEXO I** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.centauro.com.br/](http://ri.centauro.com.br/)).

### **Proposta da Administração**

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## **2.2. A destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Nos termos do artigo 12, inciso "ii" e do artigo 18, inciso "xiii" do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração da Companhia apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação dos lucros de cada exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou resultado do exercício positivo de R\$310.170.532,85.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, parágrafo único, II, da Instrução CVM 481, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução constam como **ANEXO II** à presente Proposta da Administração, disponível nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.centauro.com.br/](http://ri.centauro.com.br/)).

### **Proposta da Administração**

Conforme as deliberações tomadas na RCA 03/2020, o Conselho de Administração da Companhia propõe a seguinte destinação ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

- (a) R\$267.091.062,15 para compensar prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores;
- (b) R\$15.508.526,64 para a composição da reserva legal, nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 193 da Lei das Sociedade por Ações; e
- (c) R\$27.570.944,06 para a composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei Nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada.

Caso essa Proposta seja aceita, a linha de prejuízos acumulados das demonstrações financeiras da Companhia passará a ser igual a zero. Tendo em vista a absorção parcial do resultado do exercício pelos prejuízos acumulados nos exercícios anteriores, e a destinação do saldo remanescente para a reserva legal e para a reserva de incentivos fiscais, nos termos da legislação aplicável, não há que se falar em distribuição de dividendos do exercício.

### **2.3. Retificar o montante global da remuneração da Administração para o biênio 2019/2020, aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019**

Conforme artigo 12, item iv do Estatuto Social da Companhia, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2020 (“AGOE 2019”), a Companhia aprovou a remuneração global da Administração da Companhia para o biênio 2019/2020 no valor de até R\$49.905.346,54 (quarenta e nove milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Em razão (i) da outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, (ii) do incremento do número de membros da Diretoria em 29 de janeiro de 2020 e (iii) da valorização do valor das ações ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a remuneração global da Administração da Companhia para o biênio 2019/2020, aprovada na AGOE 2019, tornou-se insuficiente para o biênio 2019/2020, necessitando, portanto, ser retificada conforme Proposta da Administração apresentada abaixo.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 12, incisos I e II, da Instrução CVM 481, o formulário contendo a descrição pormenorizada da proposta de remuneração dos administradores, bem como as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência constam, respectivamente, como **ANEXO III** e **ANEXO III (A)** à presente Proposta da Administração disponível nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.centauro.com.br/](http://ri.centauro.com.br/)).

#### **Proposta da Administração**

A Administração propõe: **(i)** ratificar o valor da remuneração global da Administração da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$27.713.635,40, não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável, e **(ii)** aprovar o valor da remuneração global da Administração da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$34.367.611,00, não considerando

os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável, retificando, portanto, o valor da remuneração global da Administração para o biênio de 2019/2020 que, caso aprovada a presente Proposta, passará a totalizar o montante de R\$62.081.246,40. Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas no **ANEXO III** e **Anexo III (A)** à presente Proposta da Administração.

**Anexo I**  
**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES NA FORMA DO ITEM 10**  
**DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**10.1 – Comentários dos Diretores**

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SBF S.A. (“Companhia” ou “Centauro”), disponíveis no *website* da Companhia ([www.centauro.com.br](http://www.centauro.com.br)) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de endividamento e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$372,7 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$153,4 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a 1,1 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2017. Com a melhora de seu resultado operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia conseguiu reduzir sua dívida líquida e melhorar seu EBITDA Ajustado. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$358,6 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$242,8 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a 0,4 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia continuou melhorando seu resultado operacional e também realizou sua oferta pública inicial de ações, com aumento de seu capital social em R\$705,1 milhões (R\$652,5 milhões após a dedução dos custos com emissões de ações) que foi utilizado em parte para quitação antecipada de seus principais contratos de empréstimo bancário. Assim, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de R\$34,6 milhões e o saldo de caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo foi de R\$ 105,8 milhões. Dessa forma, o saldo da dívida líquida ao final do exercício equivalia a -0,2 vezes o EBITDA Ajustado do ano de 2019, o que é considerado saudável pelos Diretores da Companhia. Esse período apresenta um CAGR<sub>[17-19]</sub> de -54,7% em relação ao saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e um CAGR<sub>[17-19]</sub> de -11,6% em relação ao saldo de caixa acrescido de aplicações financeiras de longo prazo.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou variação da posição de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$150,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$242,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e para R\$105,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O índice de caixa disponível sobre dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimo e financiamentos de curto prazo) era de 6,5x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2017. Com a aproximação do vencimento da 1ª parcela de principal das dívidas de longo prazo, parte da dívida passou para o curto prazo e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos de curto prazo eram de R\$94,7 milhões e o índice de caixa disponível sobre dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimos e financiamentos de curto prazo) passou a 2,6x. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a utilização de parte dos recursos obtidos na sua oferta pública inicial de ações para o pagamento de dívidas, o saldo da dívida de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019 reduziu para R\$27,0 milhões e o índice de caixa disponível sobre a dívida de curto prazo (Caixa e equivalentes de caixa sobre empréstimos e financiamentos de curto prazo) passou a 3,9x o que é considerado saudável pelos Diretores da Companhia.

A melhora nos resultados operacionais e o pagamento de parte da dívida de curto prazo da Companhia por meio da utilização dos recursos obtidos com a oferta pública inicial de ações da Companhia em 2019 resultou em melhora do índice de liquidez corrente, medido como ativo circulante sobre passivo circulante, que passou de 0,8x no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 0,9x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 1,4x no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que é considerado saudável pelos Diretores da Companhia.

Durante os três últimos exercícios sociais, continuamos a expansão do portfólio de lojas da Companhia, inaugurando ou reformando lojas para o modelo geração 5. Isso nos fez passar de 189 lojas em 31 de dezembro de 2017 (sendo 3 lojas da geração 5, 185 lojas Centauro do modelo tradicional e uma loja *ByTennis*) para 210 lojas em 31 de dezembro de 2019 (sendo 43 lojas da geração 5, 166 lojas Centauro do modelo tradicional e uma loja *ByTennis*).

Além da revisão do portfólio de lojas, o desenvolvimento de nossa plataforma *omnichannel* propiciou o crescimento de 14,8% de receita bruta, líquida de devoluções no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o qual totalizou R\$2.844,9 milhões e 14,8% se calculado no conceito *Same Stores Sales* comparado a uma receita bruta, líquida de devoluções de R\$2.478,5 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o crescimento da receita bruta, líquida de devoluções foi de 12,2% quando comparado ao exercício social anterior, alcançando R\$3.193,1 milhões e 8,9% se calculado no conceito *Same Stores Sales*.

A Companhia é a maior rede de varejo esportivo em termos de vendas na América Latina<sup>1</sup>. A Companhia possui uma estrutura desenvolvida estrategicamente para atender todas as lojas físicas e garantir os planos de longo prazo da Companhia que estão centralizados na estratégia *omnichannel*. Na data deste Formulário de Referência, nossa base instalada era 210 lojas próprias, distribuídas em 104 cidades de 25 dos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal, ocupando uma área total de vendas de aproximadamente 211 mil m<sup>2</sup>. Além dessas lojas, que podem atuar como “hubs” de distribuição de produtos adquiridos na plataforma digital, a Companhia possui três centros de distribuição (Extrema/MG, Jarinu/SP e João Pessoa/PB) e dois centros de transferência (Itajaí/SC, Rio de Janeiro/RJ).

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos administradores na condução de nossos negócios:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	(em R\$ milhões)			(em %)	
	2019	2018	2017	2019 x 2018	2018 x 2017
<b>Receita líquida de devoluções bruta, de</b>	<b>3.193,0</b>	<b>2.844,9</b>	<b>2.478,5</b>	<b>12,2%</b>	<b>14,8%</b>

<sup>1</sup> De acordo com as informações divulgadas em dezembro de 2018 pela Euromonitor International, pesquisa de varejo, edição 2019, vendas em valor ao consumidor final, valores nominais, deduzido impostos, dólares americanos, taxa de conversão y-o-y, ano base 2018.

Receita líquida bruta, de devoluções – Lojas Físicas	<b>2.632,0</b>	2.401,8	2.165,8	<b>9,6%</b>	10,9%
Receita líquida bruta, de devoluções – Plataforma Digital	<b>561,0</b>	443,0	312,6	<b>26,6%</b>	41,7%
<b>Receita líquida</b>	<b>2.545,4</b>	<b>2.275,1</b>	<b>1.968,6</b>	<b>11,9%</b>	<b>15,6%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.258,6</b>	<b>1.115,9</b>	<b>962,0</b>	<b>12,8%</b>	<b>16,0%</b>
<b>(Prejuízo)/ Lucro Líquido</b>	<b>309,7</b>	<b>148,7</b>	<b>241,0</b>	<b>108,3%</b>	<b>-38,3%</b>
<b>EBITDA Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>310,8</b>	<b>260,7</b>	<b>197,5</b>	<b>19,2%</b>	<b>32,0%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado<sup>(2)</sup></b>	<b>12,2%</b>	11,5%	<b>10,0%</b>	<b>0,7p.p</b>	1,5p.p.
<b>Margem Líquida<sup>(3)</sup></b>	<b>12,2%</b>	<b>6,5%</b>	<b>12,2%</b>	<b>5,7p.p</b>	<b>-5,7p.p.</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.168,7</b>	<b>191,5</b>	<b>40</b>	<b>510,3%</b>	<b>378,8%</b>
<b>Dívida Bruta<sup>(4)</sup></b>	<b>34,6</b>	<b>358,6</b>	<b>372,7</b>	<b>-90,4%</b>	<b>-3,8%</b>
Empréstimos e financiamentos de CP	27,0	94,7	23,1	<b>-71,5%</b>	309,6%
Empréstimos e financiamentos de LP	7,6	264	349,6	<b>-97,1%</b>	-24,5%
Caixa e equivalentes de caixa	105,3	242,8	150,1	<b>-56,6%</b>	61,8%
Aplicações Financeiras	0,5	0,5	3,3	<b>0,0%</b>	-84,0%
<b>Dívida Líquida<sup>(5)</sup></b>	<b>-71,2</b>	115,3	219,2	<b>-161,8%</b>	-47,4%

(1). O EBITDA Ajustado, na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2). Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela nossa receita líquida

(3). Margem líquida é calculada pelo resultado da divisão do Prejuízo/Lucro líquido do exercício pela receita líquida.

(4). A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes

(5). Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

## b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2019, nossa Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$1.168,7 milhões, dívida bruta de R\$34,6 milhões e caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras de R\$105,8 milhões, o que nos garantia uma dívida líquida negativa (caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras após a dedução da dívida bruta) de R\$71,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido totalizava R\$191,5 milhões, a dívida bruta era de R\$358,6 milhões e o saldo de Caixa e equivalente de caixa acrescidos de aplicações financeiras era de R\$243,4 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$115,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$40,0 milhões, dívida bruta de R\$372,7 milhões e caixa e equivalentes de caixa acrescidos de aplicações financeiras de R\$153,4 milhões, o que nos garantia uma dívida líquida de R\$219,2 milhões.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, a Companhia apresentou resultados positivos, o que contribuiu para o aumento de seu patrimônio líquido juntamente com a realização da primeira oferta pública primária de ações da Companhia em 2019, que resultou em um aumento do capital social da Companhia de R\$705,1 milhões (R\$652,5 milhões após a dedução dos custos com emissões de ações).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado positivo se deu principalmente (i) pelo reconhecimento no ativo fiscal diferido de prejuízos fiscais de anos anteriores, que por sua vez foi ocasionado pela adesão aos programas PRT (Programa de Regularização Tributária - Lei nº 13.496/17) e PERT (Programa Especial de Regularização Tributária - MP 766/2017), que permitiu o uso de prejuízo fiscal para quitar parcelamentos federais; (ii) o reconhecimento adicional de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias decorrentes em função da reavaliação sobre a realização destes ativos por conta de redução de despesas financeiras conforme a renegociação da dívida com bancos e os efeitos futuros da adesão aos programas de parcelamento de impostos mencionados acima; e (iii) pela incorporação reversa da Odis, que registrou um imposto de renda diferido decorrente do ágio gerado na aquisição de participação societária da SBF e, assim, impactou positivamente o patrimônio líquido. Essa melhora foi parcialmente compensada pela incorporação da Lione que, por apresentar patrimônio líquido negativo, reduziu o patrimônio líquido consolidado da Companhia após a incorporação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a melhora na nossa situação financeira e patrimonial decorreu (i) dos nossos resultados operacionais, principalmente pelos resultados apresentados pela nossa plataforma *omnichannel*; e (ii) consequente reconhecimento adicional de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias, dado que a melhora dos resultados operacionais nos permitiu reavaliar a realização futura desses ativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a melhora na nossa situação financeira e patrimonial decorreu (i) dos nossos resultados operacionais, principalmente pelos resultados apresentados pela nossa plataforma *omnichannel* e pela abertura e reforma de lojas da *geração 5*; (ii) reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado; e (iii) realização da nossa primeira oferta pública primária de ações, por meio da qual captamos o valor total de R\$705,1 milhões.

Com a melhora de seu patrimônio líquido, a Companhia passou a se financiar mais através de seu capital próprio e menos através de capital de terceiros, o financiamento por capital próprio medido como Patrimônio Líquido sobre Ativos Totais passou de 2,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 10,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 29,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, o financiamento por capital de terceiros, medido por Passivos Totais sobre Ativos Totais passou de 97,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 89,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 70,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos – Curto prazo	27,0	94,7	23,1
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	7,6	264,0	349,6
<b>Dívida Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>34,6</b>	<b>358,6</b>	<b>372,7</b>
(-) Caixa e equivalente de caixa	105,3	242,8	150,1
(-) Aplicações Financeiras	0,5	0,5	3,4
<b>Dívida Líquida <sup>(2)</sup></b>	<b>-71,2</b>	<b>115,3</b>	<b>219,2</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.168,7</b>	<b>191,5</b>	<b>40,0</b>

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes

<sup>(2)</sup> Corresponde à nossa Dívida líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de todos os nossos compromissos financeiros de curto e longo prazo. Acompanhamos de perto nosso índice de endividamento e, levando em consideração nossa evolução e projeções, acreditamos em nossa saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reformulou sua estrutura de dívida e continuou melhorando sua operação, conforme explicado no item 10.1.a deste Formulário de Referência. Isso possibilitou que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com a melhora adicional de sua operação, a dívida líquida da Companhia chegasse a 0,4 vezes o EBITDA Ajustado, e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com a amortização da quase totalidade da dívida por meio dos recursos advindos do IPO, a Companhia atingiu dívida líquida negativa de R\$71,2 milhões. Essa posição de caixa, somada a um EBITDA Ajustado de R\$310,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 é considerado saudável pelos Diretores da Companhia.

Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional, por meio de recursos de terceiros e por meio de nossa oferta inicial de ações. Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(em R\$ milhões)		
	2019	2018	2017
<b>Dívida Bruta<sup>(1)</sup></b>	34,6	358,6	372,7
<b>Dívida Líquida<sup>(2)</sup></b>	-71,2	115,3	219,2
<b>(Prejuízo)/ Lucro Líquido</b>	309,7	148,7	241,0
<b>EBITDA Ajustado<sup>(3)</sup></b>	310,8	260,7	197,5
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado<sup>(2) (3)</sup></b>	-0,2x	0,4x	1,1x

(1). A Dívida Bruta corresponde a soma de nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes.

(2). Corresponde à nossa Dívida Líquida na forma indicada no item 3.2. deste Formulário de Referência.

(3). Corresponde ao nosso EBITDA Ajustado na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais (venda de mercadorias, outras receitas e recuperação de crédito de imposto), empréstimos de instituições financeiras e da venda de nossa carteira de recebíveis.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos nosso caixa, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações (pagamento de dívida), investir em melhorias na operação da Companhia, renovar lojas existentes e abrir novas lojas.

Nossos empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão detalhados abaixo no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Ainda, podemos nos utilizar da venda da carteira de recebíveis junto às instituições financeiras. Os Diretores da nossa Companhia acreditam que essas disponibilidades são suficientes para atender as nossas necessidades regulares de capital pelos próximos 12 meses, uma vez que nossas despesas gerais e administrativas estão controladas, nossas receitas estão crescendo e nossa capacidade de geração de caixa (ou seja, melhora no prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento e giro de estoque) estão mais eficientes.

Dessa maneira, acreditamos que o nosso caixa operacional e a venda de nossa carteira de recebíveis será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro e, ainda, investir em ativos não circulantes no curso normal dos nossos negócios, por exemplo implantações de software importantes para a evolução da Companhia e reformas e aberturas de lojas *geração 5*.

Não obstante, caso nossa administração julgue pertinente, podemos vir a utilizar o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes.

Por exemplo, em 06 de Fevereiro de 2020, a nossa controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. ("SBF Comércio") celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas ("OPA") com Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V., por meio do qual se comprometeu, sujeito aos termos e condições lá estabelecidos, a adquirir 100% das quotas da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda (a "Transação NIKE"). O valor a ser pago será baseado no capital de giro, ativos imobilizados e certos ativos fiscais, e é estimado em R\$900 milhões (o qual está sujeito a ajuste considerando o valor de tais ativos na data de consumação da referida transação). Para a finalização da transação formalizada, a Companhia contratou linhas de crédito garantidas no valor de R\$670 milhões com Itaú, Bradesco e Santander, que serão sacadas caso a transação seja concretizada. Caso sacadas, as dívidas terão prazo de vencimento de 3 anos, com juros semestrais e um ano de carência para pagamento de principal. Para o saldo e reforço do capital de giro da operação resultante da Transação NIKE, a Companhia pode se utilizar da venda de recebíveis, de novos financiamentos ou de novas emissões de ações.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Os Diretores da nossa Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R\$34,6 milhões (R\$358,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$372,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), predominantemente em Real e indexado ao CDI.

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras, e totalizou uma dívida líquida negativa de R\$71,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 (em comparação com uma dívida líquida de R\$115,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$219,2 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição consolidada dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir (a coluna total representa o saldo total do empréstimo líquido do custo a apropriar):







A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização do principal dos nossos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019:

<b>Vencimento</b>					
<b>(em R\$ milhões)</b>					
<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>Total</b>
25,7	3,8	1,2	1,2	1,3	33,3

#### **i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um contrato de empréstimo e financiamento relevante, que se caracteriza como operação com taxa de juros pós fixada. O contrato, junto ao Banco Votorantim, apresenta as seguintes características: (i) principal em aberto, em 31 de dezembro de 2019, de R\$20 milhões; (ii) taxa de juros de CDI + 3,98% a.a.; (iii) saldo agregado (principal + juros), em 31 de dezembro de 2019, de R\$20,6 milhões; (iv) vencimento em janeiro de 2020; e (v) garantia de fiança prestada pela Companhia.

Além de referido contrato, a Companhia contratou linhas de crédito garantidas no valor de R\$670 milhões com o Itaú, Bradesco e Santander que serão sacadas em caso de finalização da Transação NIKE. Tais linhas de crédito terão prazo de vencimento de 36 meses, taxa de juros de CDI + 2,6% e serão garantidas por aval prestado pela Companhia e pela empresa adquirida, cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de recebíveis de cartão de crédito e alienação fiduciária de 100% das ações da empresa adquirida.

A tabela a seguir evidencia as obrigações de natureza contratual da Companhia, incluindo juros apropriados, em 31 de dezembro de 2019:

	<b>Fluxos de caixa contratuais</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>2 meses ou menos</b>	<b>02 a 12 meses</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>	<i>Em milhões de R\$</i>					
Fornecedores	661.010	516.532	144.478	-	-	-
Empréstimos e financiamentos <sup>e</sup>	34.590	21.870	5.387	4.155	3.969	203
Outras contas a pagar	33.043	33.042	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>728.643</b>	<b>571.444</b>	<b>149.865</b>	<b>4.155</b>	<b>3.969</b>	<b>203</b>

#### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além daquelas citadas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

#### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Nossos contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por avais, e alienação fiduciária de bens financiados.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;**

Caso a Companhia saque as linhas de crédito garantidas descritas no item “e” acima, teremos restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, rescisão do contrato de exclusividade objeto da Transação NIKE. Adicionalmente, a Companhia estará sujeita a manter índice de Dívida Líquida Ajustada<sup>2</sup> para fins de *covenants*/ EBITDA inferior a 2,5 no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, inferior a 2,0 ao final dos exercícios a se encerrarem em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; manter índice EBITDA/resultado financeiro superior a 6,0 no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e superior a 5,0 ao final dos exercícios a se encerrarem em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Com exceção das linhas de crédito garantidas para a Transação NIKE, não possuíamos, em 31 de dezembro de 2019, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização. Não obstante, nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito está disponível para ser vendida, com os bancos ou adquirentes, sempre que considerarmos necessário.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os termos “AV” e “AH” que constam nas colunas de determinadas tabelas a seguir significam “Análise Vertical” e “Análise Horizontal”, respectivamente.

**Demonstrações de Resultado**

***Apresentação das principais contas das nossas demonstrações de resultados***

**Receita Líquida**

A receita líquida é composta por nossa receita bruta descontada de impostos sobre as vendas (ICMS, PIS e COFINS), além disso, usufruímos de benefícios fiscais sobre o ICMS que reduzem essas deduções, consequentemente aumentando nossa receita líquida. A receita é proveniente de (i) nossas lojas físicas, por meio de diferentes modelos de loja, sendo eles Centauro (marca principal que pode ser Loja Tradicional ou Geração 5, que é nosso novo modelo de lojas), *ByTennis*; (ii) nossa plataforma digital, que atende nossos clientes por meio do aplicativo, *website* e *site mobile*; (iii) serviços de frete

<sup>2</sup> Dívida Líquida Ajustada para fins de *covenants* consiste na dívida líquida definida na Seção 3 acrescentada da Dívida Tributária (Impostos parcelados do passivo Circulante e do passivo Não Circulante).

prestados a terceiros por meio da subsidiária VBLOG Logística e Transporte Ltda. e cobrados de nossos clientes por envio de mercadorias adquiridas na nossa plataforma digital; e (iv) serviços prestados de *marketplace* (comissionamento sobre produtos e serviços de terceiros oferecidos em nossa plataforma digital).

#### Custos das vendas

Os custos das mercadorias vendidas são compostos pelos produtos comprados dos fornecedores e incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

#### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a pessoal, ocupação (aluguel de nossas lojas), depreciação e amortização, utilidades, serviços, entre outros.

#### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre operações de mútuo, receita financeira cartão presente, reconhecida sobre os saldos expirados, descontos obtidos e ajuste a valor presente. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre venda de recebíveis, ajuste a valor presente, juros sobre impostos parcelados e juros sobre contingências.

#### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre nosso resultado, a partir das nossas demonstrações financeiras:

#### ***Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018***

	Exercício social encerrado em				
	31/12/2019		31/12/2018		AH%
	R\$ milhões	AV(%) <sup>1</sup>	R\$ milhões	AV(%) <sup>1</sup>	
Receitas líquidas	2.545,4	100%	2.275,1	100,0%	11,9%
Custo das vendas	-1.286,8	-50,6%	-1.159,1	-50,9%	11,0%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.258,6</b>	<b>49,4%</b>	<b>1.115,9</b>	<b>49,0%</b>	<b>12,8%</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas de vendas	-846,5	-33,3%	-769,0	-33,8%	10,1%
Despesas administrativas e gerais	-337,1	-13,2%	-169,7	-7,5%	98,6%

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	393,6	15,5%	2,7	0,1%	14.477,8%
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>468,7</b>	<b>18,4%</b>	<b>179,9</b>	<b>7,9%</b>	<b>160,5%</b>
Receitas financeiras	217,8	8,6%	61,0	2,7%	257,0%
Despesas Financeiras	-279,2	-11,0%	-152,7	-6,7%	82,8%
<b>Receitas (Despesas) financeiras líquidas</b>	<b>-61,4</b>	<b>-2,4%</b>	<b>-91,7</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-33,0%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>407,3</b>	<b>16,0%</b>	<b>88,2</b>	<b>3,9%</b>	<b>361,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-42,9	-1,7%	-3,9	-0,2%	1000,0%
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-54,7	-2,1%	64,5	2,8%	-184,8%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>309,7</b>	<b>12,2%</b>	<b>148,7</b>	<b>6,5%</b>	<b>108,3%</b>

<sup>1</sup>Em relação à receita líquida do período.

### Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 2.545,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 270,3 milhões, ou 11,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$2.275,1 milhões. As receitas líquidas das lojas físicas totalizaram R\$ 2.105,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 193,5 milhões ou 10,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$1.912,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do maior volume de vendas impulsionado pelo(a): (i) aumento e otimização das ações de omnichannel que reforçaram a venda tanto na loja física quanto na plataforma digital, como a modalidade de venda "Encomenda Expressa", na qual o cliente compra produtos que não estão disponíveis em loja através de um tablet e/ou computador, e a maior oferta de modalidades de entrega (Click & Collect, modalidade em que o cliente pode comprar no site e retirar na loja, e Ship from Store convencional e expresso, em que o cliente compra no *site* e o pedido é expedido da loja), (ii) aumento do fluxo em nossas lojas que refletiu um maior número de vendas no período, (iii) receita adicional de 18 lojas novas Geração 5 inauguradas em 2019 e quatro lojas Geração 5 inauguradas no último trimestre de 2018, (iv) lançamento de novas coleções de produtos licenciados principalmente em vestuário e futebol e maior acesso ao sortimento de vestuário casual de grandes marcas, e (v) pela performance acima da média de nossas nove lojas que foram reformadas em 2019 para o formato Geração 5. Os fatores que causaram o aumento na receita líquida foram parcialmente compensados pelo (i) período em que nossas lojas que foram reformadas permaneceram fechadas; e (ii) redução de 0,2% no ticket médio.

As receitas líquidas da plataforma digital totalizaram R\$439,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$76,9 milhões ou 21,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$362,9 milhões. Essa variação decorreu do (i) crescimento de 47% do número de visitas em nosso *site*, principalmente, via canais pagos e *app*; (ii) maior penetração das iniciativas *omnichannel* já descritas anteriormente; (iii) melhoria das funcionalidades e *features* de navegação em nosso *site*; (iv) incremento na variedade de modelos vendidos no *site* (produtos próprios e *marketplace*); (v) aumento de 34,7% no volume de itens vendidos acompanhado por um aumento de 4,6% do preço médio por compra; e (vi) aumento de 46,2% no total de clientes ativos (clientes que realizaram pelo menos uma compra no ano) na plataforma digital.

### Custo das vendas

Nosso custo das vendas totalizou R\$ 1.286,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 50,6% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$ 127,7 milhões ou 11,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$1.159,1 milhões (50,9% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, do maior volume de vendas que impulsionaram o aumento de 11,9% da receita líquida no mesmo período. A margem bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (49,4%) representou um aumento de 0,3 p.p. em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (49,1%). Essa variação ocorreu em grande parte devido ao aumento de participação da categoria vestuário nas vendas, que apresenta margem superior às outras categorias, bem como da redução da carga tributária correspondente a eliminação decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado e por um menor volume de descontos concedidos ao consumidor final quando comparado com o período anterior.

### Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, nosso lucro bruto totalizou R\$1.258,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 49,4% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$142,7 milhões ou 12,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$1.115,9 milhões (49,0% da receita líquida no mesmo período).

### Despesas de vendas

Nossas despesas de vendas totalizaram R\$ 846,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 33,3% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$ 77,5 milhões ou 10,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$769,0 milhões (33,8% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$42,3 milhões de pessoal devido principalmente ao aumento de mão de obra para as novas lojas; (ii) aumento de R\$ 20,2 milhões em utilidades e serviços, principalmente devido a um aumento na despesa de frete, acompanhando o crescimento das vendas e das funcionalidades omnichannel; (iii) aumento de R\$12,9 milhões em promoções e despesas com *marketing* em função principalmente do aumento das campanhas pagas para a plataforma digital que impulsionaram o crescimento de vendas do mesmo; e (iv) aumento de R\$3,3 milhões em taxas administrativas (taxa de administração de cartão de crédito) em decorrência do aumento de nossas vendas; e foram parcialmente compensados pelos efeitos da implantação da norma IFRS16, que reduziram as despesas de ocupação em R\$119,2 milhões e acrescentaram R\$103,4 milhões a conta de Depreciação de direito de uso, resultando em um efeito líquido de R\$15,7 milhões.

### Despesas administrativas e gerais

Nossas despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 337,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 13,2% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$ 167,4 milhões ou 98,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$169,7 milhões (7,5% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente do aumento de R\$122,5 milhões em Contingências causado pelo reconhecimento de novas contingências devido à reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia, com base em recomendação de seus assessores externos a partir da evolução dos respectivos processos, estão classificadas como perda provável.

### Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Nossas outras receitas operacionais totalizaram R\$393,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 15,5% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$390,9 milhões ou

14.477,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$2,7 milhões (0,1% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu principalmente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

#### Lucro (prejuízo) operacional.

Nosso lucro operacional para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 468,7 milhões, ante R\$ 179,9 milhões para o mesmo período em 2018. Essa variação decorreu do aumento da receita líquida da Companhia e do aumento das receitas operacionais, conforme descrito anteriormente.

#### Receitas (Despesas) financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 61,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 30,3 milhões ou 33,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$91,7 milhões.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 217,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 156,8 milhões ou 257,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram um valor de R\$61,0 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, por um aumento de R\$187,5 milhões oriundo da atualização monetária decorrente do reconhecimento de créditos de PIS e COFINS em razão da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado e foi parcialmente compensada pelo fato de não termos reconhecido como receita financeira no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 os descontos obtidos com fornecedores, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 esse valor foi de R\$17,2 milhões.

Nossas despesas financeiras brutas totalizaram R\$ 279,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 126,5 milhões ou 82,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram um valor de R\$ 152,7 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, (i) pelo valor de R\$90,5 milhões no valor de juros de arrendamento mercantil, decorrente do reconhecimento de nossos contratos de aluguel como arrendamento devido à implementação da norma contábil IFRS16 a partir de 1º de janeiro de 2019; e (ii) pelo aumento de R\$85,8 milhões no valor de juros sobre contingências causado pelo reconhecimento de novas contingências devido à reavaliação do prognóstico de perda em relação a algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia, com base em recomendação de seus assessores legais, estão classificadas como perda provável e foram parcialmente compensadas pela redução de R\$18,6 milhões em juros sobre desconto de duplicatas e R\$13,6 milhões em juros sobre empréstimos, ambos explicados pela redução da necessidade de financiamento da Companhia após a capitalização ocorrida com a oferta pública inicial de ações.

#### Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizou uma despesa de R\$ 97,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 158,2 milhões ou 261,1%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou uma receita de R\$60,5 milhões. Essa variação se justifica, principalmente, pelo IRPJ e CSLL de anos anteriores reconhecidos no ano corrente que apresentou um valor positivo de R\$44,0 milhões em 2019, uma redução de R\$28,9 milhões em relação ao valor positivo de R\$72,9 milhões reconhecido em 2018.

#### Lucro (prejuízo) líquido do período

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$ 309,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 12,2% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$ 161 milhões, ou 108,3%, quando comparado ao lucro líquido de R\$148,7 milhões (6,5% da receita líquida no mesmo período) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

*Discussão das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

	Exercício social encerrado em				
	31/12/2018		31/12/2017		AH%
	R\$ milhões	AV(%) <sup>1</sup>	R\$ milhões	AV(%) <sup>1</sup>	
Receitas líquidas	2.275,1	100,0%	1.968,6	100,0%	15,6%
Custo das vendas	-1.159,1	-50,9%	-1.006,6	-51,1%	15,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.115,9</b>	<b>49,0%</b>	<b>962,0</b>	<b>48,9%</b>	<b>16,0%</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas de vendas	-769,0	-33,8%	-705,5	-35,8%	9,0%
Despesas administrativas e gerais	-169,7	-7,5%	-160,2	-8,1%	5,9%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2,7	0,1%	-11,2	-0,6%	-124,1%
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>179,9</b>	<b>7,9%</b>	<b>85,1</b>	<b>4,3%</b>	<b>111,4%</b>
<b>Receitas financeiras</b>					
Receitas financeiras	61,0	2,7%	48,5	2,5%	25,8%
<b>Despesas Financeiras</b>					
Despesas Financeiras	-152,7	-6,7%	-252,0	-12,8%	-39,4%
<b>Receitas (Despesas) financeiras líquidas</b>	<b>-91,7</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-203,5</b>	<b>-10,3%</b>	<b>-54,9%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>88,2</b>	<b>3,9%</b>	<b>-118,4</b>	<b>-6,0%</b>	<b>-174, 5%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - Corrente</b>					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-3,9	-0,2%	-1,2	-0,1%	224,4%
<b>Imposto de renda e contribuição social - Diferido</b>					
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	64,5	2,8%	360,7	18,3%	-82,1%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>148,7</b>	<b>6,5%</b>	<b>241,1</b>	<b>12,2%</b>	<b>-38,3%</b>

<sup>1</sup>Em relação à receita líquida do período.

Receitas líquidas

Nossas receitas líquidas totalizaram R\$ 2.275,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$306,5 milhões, ou 15,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$1.968,6 milhões. As receitas líquidas das lojas físicas totalizaram R\$1.912,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$200,6 milhões ou 11,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$1.711,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente do: (i) aumento da conversão de vendas (obtida por meio da divisão do número de transações pelo fluxo das lojas); (ii) aumento de 4,1% no *ticket* médio devido principalmente a uma melhora na exposição de nossos produtos agrupados por estilos; (iii) lançamento de novas coleções de produtos que vem reforçando o sortimento no feminino e futebol, por exemplo com parcerias com as marcas FARM e Barcelona FC; (iv) aumento e otimização das ações de *omnichannel* que reforçaram a venda tanto na loja física quando na plataforma digital, como captura de *e-mail* para ações de ativação e a maior oferta de modalidades de entrega (*Click & Collect*, modalidade em que o cliente pode comprar no *site* e retirar na loja, e *Ship from Store*, em que o cliente compra no *site* e o pedido é expedido da loja); (v) realização da Copa do Mundo que ocorreu na Rússia, em junho e julho de 2018, que impactou

positivamente e de forma substancial o volume das vendas de futebol no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e (vi) pela performance acima da média de nossas lojas que foram reformadas para o formato Geração 5, crescendo em média 49,6% a mais do que a média de crescimento da rede excluindo lojas Geração 5. Os fatores que causaram o aumento na receita líquida foram parcialmente compensados pelo (i) período em que nossas lojas que foram reformadas permaneceram fechadas; e (ii) leve redução do fluxo de nossas lojas refletindo o cenário macroeconômico ainda relativamente desacelerado.

As receitas líquidas da plataforma digital totalizaram R\$362,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$105,9 milhões ou 41,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$257,0 milhões. Essa variação decorreu do (i) aumento na taxa de efetivação da plataforma digital, isto é, diminuição da taxa de desistência do cliente entre o momento em que a venda é efetivada e o momento do efetivo pagamento), movida pelo crescimento de pagamentos realizados por meio de cartões de crédito (uma vez que, quando a opção de pagamento é o boleto bancário, o cliente precisa realizar, posteriormente, a quitação do mencionado boleto para que a venda seja confirmada e, em algumas vezes, como o pagamento não é realizado, a compra não é efetivada; ao passo que, em compras realizadas por meio de cartões de crédito não há a opção de desistência entre o momento da compra e o momento do pagamento); (ii) crescimento de 36% do número de visitas em nosso *site*, principalmente, via canais pagos e *app*; (iii) aumento de 4,1% no *ticket* médio devido a uma mudança no *mix* de produtos, principalmente em futebol e calçados que tem um preço médio maior do que outras categorias; (iv) incremento na variedade de modelos vendidos no *site* (produtos próprios e *marketplace*), e (v) maior penetração das iniciativas *omnichannel*.

#### Custo das vendas

Nosso custo das vendas totalizou R\$1.159,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 50,9% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$152,5 milhões ou 15,15%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$1.006,6 milhões (51,1% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, da margem realizada de 49,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 0,18 p.p. em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando apresentou margem bruta de 48,9%. Essa variação ocorreu, porque o aumento da receita apresentou uma variação maior do que a variação do custo, em grande parte devido a melhora de margem dos produtos de futebol em função do aumento de *share* de vendas de produtos licenciados e Copa do Mundo, que tem uma margem maior do que outros itens.

#### Lucro Bruto

Em razão dos fatores mencionados acima, nosso lucro bruto totalizou R\$1.115,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 49,0% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$154,0 milhões ou 16,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R\$962,0 milhões (48,9% da receita líquida no mesmo período).

#### Despesas de vendas

Nossas despesas de vendas totalizaram R\$769,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 33,8% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$63,5 milhões ou 9,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$705,5 milhões (35,8% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatores (i) aumento de R\$5,3 milhões em taxas administrativas (taxa de administração de cartão de crédito) em decorrência do aumento de nossas vendas; (ii) aumento de R\$7,7 milhões em promoções e despesas com *marketing* em função principalmente do aumento das campanhas pagas para a plataforma digital que impulsionaram o crescimento de vendas do mesmo; (iii) aumento de R\$23,9 milhões de pessoal devido ao incremento em comissões sobre vendas impulsionado pelo crescimento de receita, aumento de mão de obra para as novas lojas e aumento de mão de obra temporária para atender a demanda em datas sazonais; (iv) aumento de R\$ 7,5 milhões em utilidades e serviços, principalmente devido a um aumento na conta de manutenção de *software*, em contrapartida

de uma redução na conta de circuito dedicado (reestruturação REINF – Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD); (v) aumento de R\$11,2 milhões em ocupação em razão de reajustes nos aluguéis das lojas físicas e abertura de novas lojas; (vi) aumento de R\$8,0 milhões em outras despesas principalmente impactado pela conta de materiais de embalagens, devido ao crescimento da receita e mudança no modelo das embalagens.

#### Despesas administrativas e gerais

Nossas despesas administrativas e gerais totalizaram R\$169,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 7,5% da receita líquida no mesmo período e um aumento de R\$9,4 milhões ou 5,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$160,2 milhões (8,1% da receita líquida no mesmo período). Essa variação decorreu de (i) aumento de R\$8,0 milhões em utilidades e serviços principalmente devido a um crescimento nas contas de energia elétrica, seguros e deslocamento; (ii) aumento de R\$8,7 milhões em serviços de terceiros impactado principalmente pelas contas de consultoria e auditoria devido ao aumento no número de projetos; (iii) redução de R\$8,3 milhões em pessoal devido principalmente a uma diminuição no valor pago em indenizações trabalhistas.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Nossas outras receitas operacionais totalizaram R\$2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$13,9 milhões quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram despesas de R\$11,2 milhões. Essa variação é explicada principalmente por decisão arbitral em 2017 para ressarcimento de seguradora acerca do rompimento, em 2015, do contrato de distribuição de produtos de afinidade em nossas lojas, que impactou o resultado em 2017.

#### Lucro (prejuízo) operacional

Nosso lucro operacional para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 179,9 milhões, ante R\$ 85,1 milhões para o mesmo período em 2017. Essa variação decorreu do aumento da receita líquida da Companhia, acima do crescimento das despesas, conforme descrito anteriormente.

#### Receitas (Despesas) financeiras líquidas

Nossas despesas financeiras líquidas totalizaram R\$91,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$111,8 milhões ou 54,94%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$203,5 milhões.

As receitas financeiras totalizaram R\$61,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$12,5 milhões ou 25,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram um valor de R\$48,5 milhões. Essa variação ocorreu, principalmente, por: (i) R\$17,2 milhões de Descontos obtidos com fornecedores, já que alguns fornecedores de estoques da empresa pagaram "slotting fees" através de descontos nas faturas da Companhia, o que não ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) R\$ 5,2 milhões de atualização monetária de impostos causada pelo reconhecimento de créditos de impostos federais, fato que não ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e foi parcialmente compensada pela redução de R\$13,2 milhões de juros sobre operações de mútuo, a partir de 30 de setembro de 2017, resultante da eliminação do mútuo em que a Companhia figurava como mutuária e a empresa Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda. como mutuante, uma vez que passou a ser uma subsidiária da Companhia.

Nossas despesas financeiras brutas totalizaram R\$152,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$99,3 milhões ou 39,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram um valor de R\$252,0 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pela redução de R\$36,6 milhões no valor de juros sobre parcelamentos de tributos (variação que por sua vez é explicada por (i) redução da Taxa Selic no exercício de 2018; (ii) redução no valor médio de impostos parcelados, ocasionado pela adesão ao PRT e PERT em 2017; e (iii) pelo fato de termos

desistido, em 2017, do REFIS da Crise e do REFIS da Copa por concluir ser mais vantajoso a inclusão desses débitos no PRT (Programa de Regularização Tributária), o que ocasionou o reconhecimento contábil de juros e multas que haviam sido perdoados no âmbito desses programas, fato esse que não ocorreu em 2018) e pela redução de R\$21,6 milhões no valor de juros sobre contingências justificado pelo reconhecimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 de juros sobre passivo trabalhista de ex-diretor estatutário e sobre decisão arbitral de indenização a seguradora.

#### Imposto de renda e contribuição social – Correntes e diferidos

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos totalizou uma receita de R\$60,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$298,9 milhões ou 83,14%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou um valor de R\$359,5 milhões. Essa variação se justifica, principalmente, pelo fato de que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em razão da adesão ao PRT e PERT e melhora dos nossos resultados, tivemos um reconhecimento da quase totalidade dos prejuízos fiscais de anos anteriores que não tinham sido reconhecidos. Com a melhora dos nossos resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, pudemos reconhecer o saldo de prejuízo, mas esse saldo era inferior ao que foi reconhecido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

#### Lucro (prejuízo) líquido do período

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$148,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 6,54% da receita líquida no mesmo período e uma diminuição de R\$92,4 milhões ou 38,3% quando comparado ao lucro líquido de R\$241,1 milhões (12,2% da receita líquida no mesmo período) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

### **Balancos patrimoniais**

#### *Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018*

<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2019X2018</b>
<b>Ativos</b>	(R\$ milhões)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ milhões)	(%) <sup>1</sup>	(%)
Caixa e equivalentes de caixa	105,3	2,7%	242,8	13,5%	-56,6%
Contas a receber	586,4	14,8%	84,3	4,7%	595,6%
Tributos a compensar	362,4	9,2%	104,7	5,8%	246,2%
Imposto de renda e contribuição social a compensar	54,9	1,4%	20,3	1,1%	171,0%
Estoques	428,5	10,8%	334,9	18,6%	27,9%
Outras contas a receber	23,0	0,6%	32,0	1,8%	-28,1%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.560,6</b>	<b>39,7%</b>	<b>819,0</b>	<b>45,5%</b>	<b>90,6%</b>
Aplicações financeiras	0,5	0,0%	0,5	0,0%	-
Tributos a compensar	336,2	8,5%	18,6	1,0%	1705,2%
Ativo fiscal Diferido	222,6	5,6%	288,2	16,0%	-22,8%
Depósitos judiciais	105,3	2,7%	118,8	6,6%	-11,4%
Outros Valores a receber	0,6	0,0%	0,6	0,0%	0,0%
	665,3	16,9%	426,8	23,7%	55,9%
Imobilizado	452,4	11,4%	448,0	24,9%	1,0%
Intangível	117,6	3,0%	104,6	5,8%	12,4%
Direito de Uso	1.137,8	28,8%	0	0,0%	n.a

<b>Total do ativo não circulante</b>	2.373,2	60,3%	979,3	54,5%	142,3%
<b>Total do ativo</b>	3.933,7	100,0%	1.798,30	100,0%	118,7%

<sup>1</sup> Em relação ao total do ativo

<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2019X2018</b>
<b>Passivo</b>	<b>(R\$ mil)</b>	<b>(%)<sup>1</sup></b>	<b>(R\$ mil)</b>	<b>(%)<sup>1</sup></b>	<b>(%)</b>
Fornecedores	661,0	16,7%	544,4	30,3%	21,4%
Empréstimos e financiamentos	27,0	0,7%	94,7	5,3%	-71,5%
Obrigações tributárias	66,2	1,7%	61,7	3,4%	7,4%
Impostos parcelados	60,4	1,5%	62,7	3,5%	-3,7%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	151,3	3,8%	140,7	7,8%	7,5%
Arrendamentos a pagar	94,6	2,4%	0	0,0%	n.a
Outras contas a pagar	33,0	0,8%	27,4	1,5%	20,4%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1093,6</b>	<b>27,8%</b>	<b>931,5</b>	<b>51,8%</b>	<b>17,4%</b>
Empréstimos e financiamentos	7,6	0,2%	264,0	14,7%	-97,1%
Impostos parcelados	135,8	3,4%	146,9	8,2%	-7,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,5	0,0%	0,0	0,0%	n.a
Provisão para contingências	472,4	11,9%	254,4	14,2%	85,7%
Arrendamentos a pagar	1055,2	26,7%	0,0	0,0%	n.a
Mútuos a pagar	0,0	0,0%	10,0	0,6%	-100,0%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1671,4</b>	<b>42,3%</b>	<b>675,3</b>	<b>37,6%</b>	<b>147,5%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	955,3	24,2%	302,8	16,8%	215,5%
Reserva de capital	171,4	4,3%	156,4	8,7%	9,6%
Reserva de incentivo	43,1	1,1%			n.a
(prejuízos) acumulados	0	0,0%	-270,6	-15,1%	-100,0%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>1169,8</b>	<b>29,6%</b>	<b>188,6</b>	<b>10,5%</b>	<b>520,3%</b>
Acionistas não controladores	-1,1	0,0%	2,9	0,2%	-137,9%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1168,7</b>	<b>29,6%</b>	<b>191,4</b>	<b>10,5%</b>	<b>510,6%</b>

<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	3.933,7	100,0%	1.798,3	<b>100,0%</b>	118,7%
--	---------	--------	---------	---------------	--------

<sup>1</sup> Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

## **Ativo Circulante**

### Caixa e equivalentes de caixa

Nosso saldo de Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 137,5 milhões ou 56,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$242,8 milhões. Essa variação ocorreu pelo consumo de caixa operacional, que foi negativamente afetado pelo aumento do saldo de contas a receber, e pelo consumo de caixa para investimento, que foi negativamente afetado pelas adesões ao imobilizado; e foi parcialmente compensada pelo fluxo de financiamentos, que foi positivamente afetado pelo aumento de capital realizado através de oferta pública inicial de ações.

### Contas a receber

Nosso saldo de Contas a receber totalizou R\$ 586,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 502,1 milhões ou 595,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 84,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de uma significativa menor venda de recebíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$ 362,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 257,7 milhões ou 246,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$104,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

### Imposto de renda e contribuição social a compensar

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição totalizou R\$ 54,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 34,6 milhões ou 171,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$20,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de um volume maior de pagamentos antecipados de impostos resultado de um lucro tributável maior nesse período, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Estoques

Nosso saldo de Estoques totalizou R\$ 428,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$93,6 milhões ou 28,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 334,9 milhões. O aumento de estoque decorreu (i) da estratégia da Companhia para suportar o aumento de vendas observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) da abertura de 18 novas lojas no período, o que resultou em um novo volume de mercadorias que não existia no mesmo período do ano anterior.

## **Ativo não circulante**

### Ativo fiscal diferido

Nosso saldo de Ativo fiscal diferido totalizou R\$ 222,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 65,6 milhões ou 22,8% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$288,2 milhões. Essa redução decorre do aumento do valor do valor passível de compensação, que aumentou de R\$21,2 milhões para R\$243,3 milhões devido ao reconhecimento contábil de créditos de PIS e COFINS que dependem de confirmação de jurisprudência a ser formada para que possam ser reconhecidos fiscalmente.

#### Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$ 336,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 317,6 milhões ou 1.705,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$18,6 milhões. Essa variação é justificada pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS decorrente da retirada do ICMS das suas bases de cálculo nos termos de decisão judicial transitado em julgado.

#### Depósitos judiciais

Nosso saldo de depósitos judiciais totalizou R\$ 105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 13,5 milhões ou 11,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$118,8 milhões. Essa variação decorreu (i) da baixa de R\$33,1 milhões; e (ii) da reversão de R\$12,4 milhões, parcialmente compensada por adição de R\$32,0 milhões em novos depósitos.

#### Imobilizado

Nosso saldo de Imobilizado totalizou R\$ 452,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 4,4 milhões ou 1,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$448,0 milhões. Esta variação foi causada pelo investimento de R\$75,6 milhões, acima do valor da depreciação de R\$61,8 milhões e da baixa de ativos de R\$9,3 milhões ocasionada pelas aberturas e reformas de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### Intangível

Nosso saldo de Intangível totalizou R\$ 117,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 13 milhões ou 12,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$104,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, dos investimentos adicionais no projeto *SAP Outbound*, melhorias de *site* e sistemas de multicanalidade, frente de caixa, *Big Data* e projetos diversos de inovação.

#### Direito de Uso

Nosso saldo de Direito de Uso totalizou R\$ 1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Essa valor decorreu, do reconhecimento do direito de uso dos contratos de aluguel das lojas, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

As demais contas do nosso ativo circulante e não circulante não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### **Passivo circulante**

#### Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 67,6 milhões ou 71,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$94,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, utilizando os recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.

### Fornecedores

Nosso saldo de Fornecedores totalizou R\$ 661,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 116,6 milhões ou 21,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$544,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de compras de fornecedores de revenda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, necessário para suportar o aumento de vendas.

### Obrigações tributárias

Nosso saldo de obrigações tributárias totalizou R\$86,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$25,1 milhões ou 40,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$61,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de provisões de IRPJ e CSLL, devido ao maior lucro da companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Nosso saldo de obrigações tributárias totalizou R\$66,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$4,5 milhões ou 7,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$61,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento do número de lojas da Companhia, que resultou em um aumento do número de funcionários.

### Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Curto Prazo totalizou R\$ 94,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Esse valor decorreu, principalmente, do reconhecimento dos contratos de aluguel das lojas como arrendamentos, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

## **Passivo não circulante**

### Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de 256,4 milhões ou 97,1% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$264,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, com a utilização dos recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.

### Impostos parcelados

Os parcelamentos tributários da nossa Companhia se estendem por mais de 12 meses, e também são compreendidos no longo prazo onde o saldo totalizou R\$ 135,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 11,1 milhões ou 7,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$146,9 milhões, a variação decorre, principalmente, da transferência do longo prazo para o curto prazo das parcelas de parcelamentos a serem pagas em 2020.

### Provisão para contingências

Nosso saldo de Provisão para contingências totalizou R\$ 472,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 218 milhões ou 85,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$254,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela reavaliação do prognóstico de perda em relação à algumas discussões que antes eram classificadas com probabilidade de perda possível e, conforme avaliação da Companhia com base em entendimento de seus assessores externos, estão classificadas como perda provável.

### Arrendamentos a pagar

Nosso saldo de Arrendamentos a Pagar de Longo Prazo totalizou R\$ 1.055,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado com R\$0,0 em 31 de dezembro de 2018. Esse valor decorreu, principalmente, do reconhecimento dos contratos de aluguel das lojas como arrendamentos, conforme alteração da norma contábil IFRS16.

### Mútuos a pagar

Nosso saldo de Mútuos a Pagar totalizou R\$ 0,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de R\$ 10 milhões ou 100,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 10 milhões, devido à quitação do mútuo existente durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## **Patrimônio líquido**

### (Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$270,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### Reserva de capital

Nossa Reserva de Capital totalizou R\$ 171,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$ 15 milhões ou 9,6% quando comparada a 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$ 156,4 milhões. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme estatuto social da Companhia.

### Reserva de incentivo

Nossa Reserva de incentivo totalizou R\$ 43,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a 0 em 31 de dezembro de 2018. Essa variação decorreu principalmente da destinação de parte do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme estatuto social da Companhia.

### Capital Social

Nosso Capital Social totalizou R\$ 955,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$ 652,5 milhões ou 215,5%, quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 302,8 milhões. Essa variação decorreu principalmente da oferta pública inicial de ações da Companhia, realizada durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### *Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017*

<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2018X2017</b>
<b>Ativos</b>	(R\$ milhões)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ milhões)	(%) <sup>1</sup>	(%)
Caixa e equivalentes de caixa	242,8	13,5%	150,1	9,3%	61,8%
Contas a receber	84,3	4,7%	106,8	6,6%	-21,1%
Tributos a compensar	104,7	5,8%	120,5	7,5%	-13,1%

Imposto de renda e contribuição social a compensar	20,3	1,1%	17,3	1,1%	16,9%
Estoques	334,9	18,6%	318,9	19,7%	5,0%
Outras contas a receber	32,0	1,8%	22,1	1,4%	44,9%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>819,0</b>	<b>45,5%</b>	<b>735,7</b>	<b>45,3%</b>	<b>11,3%</b>
Aplicações financeiras	0,5	-	3,3	0,2%	-84,0%
Tributos a compensar	18,6	1,0%	14,8	0,9%	25,7%
Ativo fiscal Diferido	288,2	16,0%	211,1	13,1%	36,5%
Depósitos judiciais	118,8	6,6%	105,6	6,5%	12,4%
Outros Valores a receber	0,6	0,0%	0,6	0,0%	0,00%
	426,8	23,7%	335,6	20,6%	27,2%
Imobilizado	448,0	24,9%	463,4	28,5%	-3,3%
Intangível	104,6	5,8%	90,7	5,6%	15,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>979,3</b>	<b>54,5%</b>	<b>889,7</b>	<b>54,7%</b>	<b>10,1%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.798,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.625,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,6%</b>

<sup>1</sup> Em relação ao total do ativo

Balancos patrimoniais	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH 2018X2017
Passivo	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(R\$ mil)	(%) <sup>1</sup>	(%)
Fornecedores	544,4	30,3%	530,4	32,6%	2,7%
Empréstimos e financiamentos	94,7	5,3%	23,1	1,4%	309,6%
Obrigações tributárias	61,7	3,4%	64,0	4,0%	-3,6%
Impostos parcelados	62,7	3,5%	71,5	4,4%	-12,3%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	140,7	7,8%	126,5	7,8%	11,2%
Outras contas a pagar	27,4	1,5%	52,7	3,2%	-48,0%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>931,5</b>	<b>51,8%</b>	<b>868,2</b>	<b>53,4%</b>	<b>7,3%</b>
Empréstimos e financiamentos	264,0	14,7%	349,6	21,6%	-24,5%
Impostos parcelados	146,9	8,2%	106,3	6,6%	38,2%
Provisão para contingências	254,4	14,2%	252,1	15,6%	0,9%
Mútuos a pagar	10,0	0,6%	9,2	0,6%	8,3%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>675,3</b>	<b>37,6%</b>	<b>717,2</b>	<b>44,1%</b>	<b>-5,8%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	302,8	16,8%	300,0	18,6%	0,9%

Reserva de capital	156,4	8,7%	156,5	9,7%	0,0%
(prejuízos) acumulados	-270,6	-15,1%	-417,8	-25,7%	-35,2%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	188,6	10,5%	<b>38,7</b>	<b>2,4%</b>	386,9%
Acionistas não controladores	2,9	0,2%	1,3	0,1%	125,7%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	191,4	10,5%	<b>40,0</b>	<b>2,5%</b>	378,6%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	1.798,3	<b>100,0%</b>	<b>1.625,4</b>	<b>100,0%</b>	10,6%

<sup>1</sup> Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido.

## Ativo Circulante

### Caixa e equivalentes de caixa

Nosso saldo de Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$242,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$92,7 milhões ou 61,8%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$150,1 milhões. Essa variação ocorreu pelo fluxo de caixa operacional que foi positivamente afetado pela redução do saldo de contas a receber e aumento do saldo de parcelamento de tributos. O aumento foi parcialmente compensado pelo consumo de caixa para investimento, que foi negativamente afetado pelas adesões ao imobilizado e pelo fluxo de financiamentos, que foi negativamente afetado pelos empréstimos e financiamentos pagos e pelos juros pagos sobre financiamento.

### Contas a receber

Nosso saldo de Contas a receber totalizou R\$84,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$22,5 milhões ou 21,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$106,8 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de uma maior venda de recebíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

### Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$104,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$15,8 milhão ou 13,1%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$120,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo uso de créditos do ICMS referentes à portaria CAT 17.

### Imposto de renda e contribuição social a compensar

Nosso saldo de Imposto de renda e contribuição totalizou R\$20,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$3,0 milhões ou 16,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$17,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de pagamentos antecipados de impostos e atualização de juros de IRPL e CSLL.

### Estoques

Nosso saldo de Estoques totalizou R\$334,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$16,0 milhões ou 5,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$318,9 milhões. O aumento de estoque decorreu de uma estratégia da Companhia para suportar o aumento de vendas

observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

### **Ativo não circulante**

#### Ativo fiscal diferido

Nosso saldo de Ativo fiscal diferido totalizou R\$288,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$77,1 milhões ou 36,5% se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$211,1 milhões. Essa variação decorreu da melhora das nossas projeções de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que nos permitiu reconhecer o saldo de prejuízo fiscal que ainda não havia sido reconhecido.

#### Tributos a compensar

Nosso saldo de Tributos a compensar totalizou R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$3,8 milhões ou 25,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$14,8 milhões.

#### Depósitos judiciais

Nosso saldo de depósitos judiciais totalizou R\$118,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$13,2 milhões ou 12,4%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$105,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da adição de R\$29,8 milhões em novos depósitos, parcialmente compensada por baixa de R\$5,9 milhões e reversão de R\$10,7 milhões.

#### Imobilizado

Nosso saldo de Imobilizado totalizou R\$448,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$14,8 milhões ou 3,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$463,4 milhões. Esta variação foi causada pelo investimento de R\$51,7 milhões abaixo do valor da depreciação de R\$60,3 milhões e da baixa de ativos de R\$6,8 milhões ocasionada pelas reformas de lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

#### Intangível

Nosso saldo de Intangível totalizou R\$104,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$13,9 milhões ou 15,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$90,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, dos investimentos adicionais no projeto *SAP Outbound*, melhorias de *site*, frente de caixa, *Big Data* e *OMS (Order Management System)*.

As demais contas do nosso ativo circulante e não circulante não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

### **Passivo circulante**

#### Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$94,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$71,6 milhões ou 309,6%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$23,1 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da transferência do longo prazo para o curto prazo das parcelas de principal a serem pagas em 2019 das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Banco Bradesco e o Banco Itaú.

#### Fornecedores

Nosso saldo de Fornecedores totalizou R\$544,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$14,0 milhões ou 2,7%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$530,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de compras de fornecedores de revenda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, necessário para suportar o aumento de vendas.

#### Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Nosso saldo de Obrigações trabalhistas e previdenciárias totalizou R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$14,2 milhões ou 11,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$126,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do saldo de Provisões de férias e INSS a recolher.

#### Impostos parcelados

Nosso saldo de impostos parcelados totalizou R\$62,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$8,8 milhões ou 12,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$71,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do pagamento das parcelas mensais durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### **Passivo não circulante**

#### Empréstimos e financiamentos

Nosso saldo de Empréstimos e financiamentos totalizou R\$264,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R\$85,6 milhões ou 24,5%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$349,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da transferência do longo prazo para o curto prazo das parcelas de principal a serem pagas em 2019 das dívidas contratadas com Banco do Brasil, Banco Bradesco e Banco Itaú, conforme indicado anteriormente.

#### Impostos parcelados

Os parcelamentos tributários da nossa Companhia se estendem por mais de 12 meses, e também são compreendidos no longo prazo onde o saldo totalizou R\$146,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$40,6 milhões ou 38,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$106,3 milhões, a variação decorre, principalmente, do parcelamento ocorrido durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 de INSS, PIS e COFINS.

#### Provisão para contingências

Nosso saldo de Provisão para contingências totalizou R\$254,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$2,4 milhões ou 0,9%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$252,1 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de novas provisões no valor de R\$21,8 milhões, parcialmente compensadas por pagamentos no valor de R\$15,2 milhões e reversões de R\$4,2 milhões.

#### Mútuos a pagar

Nosso saldo de Mútuos a Pagar totalizou R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$0,8 milhões ou 8,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$9,2 milhões, devido ao reconhecimento de juros sobre os mútuos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### **Patrimônio líquido**

#### (Prejuízos) acumulados

Nosso saldo de Prejuízos acumulados totalizou R\$270,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um diminuição de R\$147,2 milhões ou 35,2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$417,8 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do lucro apresentado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### **Demonstrações de fluxo de caixa**

#### *Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>242,8</b>	<b>150,1</b>	<b>61,8%</b>
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	-123,4	198,3	-162,2%
Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	-119,0	-85,9	38,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	104,8	-19,6	-634,7%
<b>(Redução) Aumento de caixa e equivalente a caixa</b>	<b>-137,5</b>	<b>92,8</b>	<b>-248,2%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>105,3</b>	<b>242,8</b>	<b>-56,6%</b>

#### *Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais*

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo negativo de R\$123,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo positivo de R\$198,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$321,7 milhões decorreu, principalmente, do aumento de consumo de caixa com recebimentos líquidos de clientes e administradoras de cartão de crédito, que apresentou um valor negativo de R\$528,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um valor negativo de R\$7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$521,2 milhões é justificada principalmente pela menor venda de recebíveis de cartão de crédito, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que foi possível em razão dos recursos obtidos com nossa oferta pública inicial de ações; e foi parcialmente compensado pelo aumento dos valores a pagar financiados por nossos fornecedores que apresentou uma geração positiva de caixa de R\$139,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um valor positivo de R\$39,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, essa variação de R\$99,7 milhões é justificada principalmente pela maior prazo de pagamento obtido com nossos fornecedores para as compras do último trimestre de 2019.

#### *Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento*

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$119,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de caixa de R\$85,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$33,1 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com adições de ativo imobilizado em relação ao exercício de 2018, devido principalmente ao maior número de reformas e aberturas de lojas.

#### *Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos*

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou uma geração de caixa de R\$104,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado ao consumo de R\$19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$124,4 milhões ocorreu, principalmente, pelo aumento de capital da Companhia no valor de R\$707,9 milhões, compensado por gastos com a emissão de ações de R\$55,4 milhões, fato que não ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, esse aumento foi compensado pelo aumento de consumo de caixa com o pagamento de empréstimos e financiamentos que apresentou um fluxo negativo de R\$355,6 milhões no exercício social

encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um fluxo negativo de R\$45,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$310,1 milhões é decorrente da quitação antecipada das dívidas contratadas com o Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, utilizando os recursos provenientes da oferta pública de ações realizada em 2019.

**Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>AH</b>
<b>Caixa e equivalente a caixa no início do exercício</b>	<b>150,1</b>	<b>134,6</b>	<b>11,5%</b>
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	198,3	126,8	56,4%
Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	-85,9	-58,6	46,5%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-19,6	-52,7	-62,7%
<b>(Redução) Aumento de caixa e equivalente a caixa</b>	<b>92,8</b>	<b>15,5</b>	<b>498,7%</b>
<b>Caixa e equivalente a caixa no final do exercício</b>	<b>242,8</b>	<b>150,1</b>	<b>61,8%</b>

*Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais*

O fluxo de caixa das nossas atividades operacionais apresentou um fluxo positivo de R\$198,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um fluxo positivo de R\$126,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R\$71,5 milhões decorreu, principalmente, (i) da diminuição de consumo de caixa com recebimentos líquidos de clientes e administradoras de cartão de crédito, que apresentou um valor negativo de R\$7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um valor negativo de R\$66,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, essa variação de R\$58,7 milhões é justificada principalmente pela maior venda de recebíveis de cartão de crédito, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) dos novos parcelamentos de tributos líquidos de pagamentos no valor de R\$17,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a pagamentos líquidos de R\$128,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, esta variação de R\$146,3 milhões é justificada, principalmente pela adesão da Companhia ao PERT e PRT no exercício de 2017 e foi parcialmente compensado pela redução dos valores a pagar para nossos fornecedores que apresentou uma geração positiva de caixa de R\$39,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um valor positivo de R\$99,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, essa variação de R\$59,8 milhões é justificada principalmente pela menor prazo de pagamento obtido com nossos fornecedores para as compras do último trimestre de 2018.

*Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento*

O fluxo de caixa das nossas atividades de investimento apresentou um consumo de caixa de R\$85,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um consumo de caixa de R\$58,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R\$27,3 milhões deveu-se, principalmente, ao maior consumo de caixa com adições de ativo imobilizado em relação ao exercício de 2017, devido principalmente ao maior número de reformas e aberturas de lojas.

*Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos*

O fluxo de caixa das nossas atividades de financiamento apresentou um consumo de caixa de R\$19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao consumo de R\$52,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R\$33,1 milhões ocorreu, principalmente, (i) pela menor amortização de empréstimos bancários que apresentou um valor negativo e R\$45,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a um valor negativo de R\$67,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, essa variação de R\$21,6 milhões é justificada principalmente pelo vencimento de diversos contratos de empréstimo que se encerraram em junho de 2018 e (ii) pagamento para partes relacionadas no exercício de 2017 de R\$9,2 milhões que não se repetiu no exercício de 2018.



## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, nossa receita foi composta substancialmente por revenda de produtos esportivos, e, em menor proporção, por receita decorrente de prestação de serviços, i.e., a Companhia reconhece receitas com fretes relativo a serviços de logística prestados a terceiros por meio da investida VBLOG Logística e Transporte Ltda.; e receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

#### *Revenda de produtos esportivos*

Vendas de produtos esportivos aos consumidores finais por meio de nossas lojas físicas e por nossa plataforma digital (composta pelo nosso *website*, [www.centauro.com.br](http://www.centauro.com.br), nosso *mobile site* e nosso aplicativo). Nossas lojas físicas estão localizadas principalmente em *shoppings* e possuem em média 1.006 m<sup>2</sup>. Nossa receita operacional bruta decorrente da venda de mercadorias (subtraído das devoluções de venda de mercadorias) totalizou R\$3.122,4 milhões, o que representou 97,8% de nossa receita operacional bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.787,5 milhões e 98,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

#### *Prestações de Serviços*

As receitas compostas por prestação de serviços estão relacionadas a: (i) receita de logística, em que a Companhia reconhece receitas com fretes relativos a serviços de logística prestados a terceiros por meio da investida VBLOG Logística e Transporte Ltda.; e (ii) receita de *marketplace* que são receitas de comissionamento em plataforma digital cedida onde parceiros comerciais oferecem seus produtos e serviços.

#### *Impostos sobre vendas*

Existem impostos federais e estaduais que incidem sobre nossa operação. No caso de impostos federais (PIS/COFINS) são cobrados sobre uma alíquota combinada de 9,25% sobre a venda de nossas mercadorias. Já no que diz respeito aos impostos estaduais, possuímos alíquotas variáveis de acordo com o tipo de produto, a natureza da operação e o Estado no qual esse produto é vendido.

Ainda, na data deste Formulário de Referência, somos parte em acordos bilaterais com os estados de Minas Gerais e Paraíba, que reduzem a carga tributária efetiva, e, como contrapartida, a Companhia se comprometeu a investir nos Estados com a instalação de Centro de Distribuição, ou aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis, geração de empregos, manutenção dos veículos licenciados dentro do Estado, entre outros. Os acordos decorrem de Termos de Acordos firmados com a Secretaria da Fazenda dos Estados, que nos garantem, dentre outros benefícios, diferimento parcial do ICMS incidente nas operações e créditos mensais de ICMS equivalentes a um determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de saída de mercadorias. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do Estado no qual mantemos esses benefícios fiscais. A fruição dos incentivos em ambos os Estados está condicionada à observância de determinados requisitos como a geração direta de empregos, realização de investimentos, manutenção de certos patamares de recolhimento de imposto, desembaraço aduaneiro por meio dos portos e aeroportos do Estado concedente do benefício, podendo ser concedida por prazo determinado ou indeterminado. Em 08 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar n.º 160/2017, a qual tem como finalidade a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados sem a anuência prévia do CONFAZ e, para tanto, impôs aos Estados a obrigatoriedade de dar publicidade, depositar e registrar no *site* do CONFAZ os incentivos fiscais concedidos, o que foi cumprido pelos Estados da Paraíba e Minas Gerais em relação aos incentivos da Companhia. Dessa forma, espera-se que os benefícios fiscais que são objeto da chamada “guerra fiscal” entre os Estados, sejam reconhecidos e tenham seus efeitos prorrogados

pelos prazos de um a cinco anos para as atividades comerciais, e de um a oito anos para as atividades vinculadas ao comércio internacional, nos termos da norma acima citada.

Segue abaixo um sumário dos principais tipos de benefícios fiscais de que somos titulares e Estados onde são concedidos.

### Minas Gerais

Celebramos termo de acordo com o estado de Minas Gerais para obtenção de um regime especial para fins de (i) diferimento parcial do ICMS incidente nas operações de transferências internas e nas vendas internas para distribuidores do mesmo grupo econômico, e (ii) aplicação de crédito presumido sobre o valor do ICMS para as operações de importação e saídas no âmbito do comércio eletrônico ou *telemarketing*. Além disso, assumimos a condição de sujeito passivo por substituição tributária para as lojas localizadas em Minas Gerais, ou seja, nós nos responsabilizamos pela retenção e pelo recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumidor final. O Termo tem vigência até 31 de dezembro de 2022, podendo ser cassado ou alterado a qualquer tempo, a critério das autoridades fiscais.

### Paraíba

Celebramos termo de acordo com o estado da Paraíba para fins de aplicação do crédito presumido sobre o valor do ICMS incidente nas saídas internas e interestaduais, devendo ser recolhido um valor fixo mínimo mensal. O Termo está sujeito a certas condições e seu prazo de vigência está limitado a 31 de dezembro de 2025, podendo ser cassado ou alterado a qualquer tempo, a critério das autoridades fiscais, inclusive por conta da vigência da Lei Complementar 160/2017, convalidado pelo Convênio ICMS 190/2017, que determinou o período máximo de cinco anos para a vigência dos regimes especiais das atividades comerciais.

O efeito desses benefícios fiscais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foi, respectivamente, de R\$100,9 milhões, R\$96,7 milhões e R\$93,5 milhões, o que equivale a 3,2%, 3,5% e 3,8% sobre a receita bruta de mercadorias.

Além do efeito sobre a receita, o Incentivo Fiscal gera um efeito negativo sobre o custo, que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, representou, respectivamente, R\$8,5 milhões, R\$7,6 milhões e R\$17,2 milhões, o que equivale a -0,3%, -0,3% e -0,7% sobre a receita bruta de mercadorias.

Assim, o efeito líquido do Incentivo Fiscal sobre a receita bruta de mercadorias foi de 3,0%, 3,2% e 3,1%, ou R\$92,4 milhões, R\$89,1 milhões e R\$76,3 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

### Reserva de Incentivos Fiscais

Somos beneficiários de determinados incentivos fiscais concedidos pelos Estados de Minas Gerais e Paraíba. A parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais que nos foram concedidos deve, no encerramento do exercício social, ser registrada na reserva de incentivos fiscais de que trata o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973, de 1 de maio de 2014 ("Lei 12.973/14"), o valor a ser destinado a reserva de incentivos fiscais está limitado ao lucro apurado no exercício. Assim, caso em um exercício social o resultado de uma sociedade beneficiária seja negativo ou menor do que a parcela do benefício concedido, não sendo possível constituir a reserva de incentivos fiscais referentes aquele exercício, então, nos exercícios subsequentes, o lucro líquido da mencionada sociedade deverá ser destinado à constituição da reserva de incentivos fiscais até que se atinja, integralmente, a parcela que deveria ter sido destinada nos exercícios anteriores.

Ainda de acordo com o artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscais somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou para aumento de capital. Para mais informações vide fator de risco "*Nossos acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio*" constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

## ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está inserida no segmento de varejo e moda esportiva e nossas operações consistem principalmente na venda de produtos esportivos. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores*: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 apresentou variação de 1,0%, 1,1%, e 1,1% respectivamente, refletiram uma manutenção na perspectiva econômica do país. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.
- (ii) *Inflação*: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e matérias de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,31%, 3,75% e 2,95% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.
- (iii) *Dólar*: A taxa de câmbio afeta diretamente os nossos resultados operacionais principalmente no custo da mercadoria vendida, que é em parte composto por produtos importados (que representou 5,6% das compras realizadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro em 2019). Além disso, grande parte de nossos fornecedores importam suas mercadorias e podem ser impactados pela taxa de câmbio, o que pode fazer com que nossos custos aumentem. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o dólar apresentou variação ao ano de 3,9%, 17,1% e 1,5%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.
- (iv) *Comportamento de compra do consumidor*: Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. O pioneirismo no desenvolvimento do conceito *omnichannel* no varejo esportivo brasileiro é um dos exemplos de mudanças internas que realizamos para acompanhar e garantir a melhor satisfação do nosso cliente em sua experiência de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e não-consumidores também para entender onde podemos melhorar nossas operações e continuar entregando a melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.
- (v) *Eventos Esportivos*: Alguns eventos esportivos possuem impacto em nossos resultados operacionais e, em sua maioria, impactos positivos principalmente na receita. Eventos como a Copa do Mundo aumentam substancialmente a intenção de compra dos consumidores com produtos relacionados ao esporte como: camisas de times, bolas de futebol, entre outros. Nos meses de junho e julho de 2018, período no qual ocorreu a Copa do Mundo, *SSS - Same Store Sales*<sup>3</sup> apresentou um crescimento de 24,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, no qual não ocorreu qualquer evento de magnitude mundial.

## b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

<sup>3</sup> SSS ou *Same Store Sales* significa a variação da nossa receita considerando apenas lojas que estavam abertas nos meses dos dois períodos analisados.

Com o objetivo de otimizar a experiência de compra de produtos esportivos, buscamos ininterruptamente melhorar nosso *mix* de produtos ofertados com maior valor agregado ao consumidor. Uma vez que buscamos a melhoria contínua do sortimento de produtos e tendo em vista as variações climáticas do ano, boa parte de nosso estoque varia ao longo do ano, e, dessa forma, entendemos que uma comparação *vis à vis* do preço das mercadorias vendidas durante o ano não reflete de maneira adequada o nosso desempenho. Além disso, em cenários de inflação elevada, podemos não ser capazes de reajustar preços para nossos clientes, o que faz com que o efeito da inflação sobre o preço seja moderado.

Não podemos concluir que a receita é diretamente impactada pelo volume de itens, dado que o *mix* de produto ofertado não obrigatoriamente é o mesmo. Todavia, a receita e o volume de vendas podem variar de acordo com número de lojas físicas da Companhia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram vendidos 28,8 milhões, 26,0 milhões e 23,1 milhões de itens, respectivamente. Nestes mesmos períodos, a Companhia contava com 210, 192 e 188 lojas, respectivamente, mantendo as lojas rentáveis, encerrando aquelas que não traziam valor para a Companhia e transformando/inaugurando lojas no formato Geração 5.

Ademais, as flutuações da taxa de câmbio têm impactos moderados na receita, uma vez que todo o comércio de produtos esportivos da Companhia está destinado ao mercado interno e a maioria dos produtos vendidos são de origem nacional. Dos produtos que são importados, a maioria são de marcas próprias, viabilizando assim o gerenciamento da precificação dos produtos importados e causando pequenos impactos no preço das mercadorias. Uma eventual desvalorização do Real perante outras moedas possa ocasionar um aumento no custo de importação, o que pode afetar nossas margens, e poderemos não ser capazes de encontrar um substituto para o produto no mercado.

Novos produtos foram incorporados no portfólio da Companhia por meio de parcerias com as marcas fornecedoras, oferecendo produtos exclusivos à Companhia tanto nas lojas físicas quanto em nossa plataforma digital. Além disso, a Companhia passa a oferecer novas categorias de produtos por meio da plataforma de *marketplace*. Visando atender às expectativas do consumidor, a Companhia não oferece somente novas categorias e produtos, mas também busca melhorar experiência de compra do consumidor - que hoje já é *omnichannel* - por meio de um processo de compra integrado, onde o consumidor pode comprar *online* e retirar seu produto em loja.

Para mais informações sobre as variações na receita da Companhia, bem como os motivos dessas variações, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Entendemos que nosso resultado operacional sofre impacto significativo por conta das variações nas taxas de inflação do mercado brasileiro. Ainda que melhorias na gestão da Companhia e eficiência nos processos internos amenizam parte dos efeitos que eventuais aumentos de preço possam gerar, nossas despesas são diretamente impactadas pela inflação, principalmente salários, contratos de aluguel, materiais de consumo, despesas com frete e energia, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. O aumento da inflação causa aumento de custos e despesas que pode não ser possível repassar para o preço e afetar a Companhia, uma vez que o nosso mercado apresenta preços primordialmente controlados pelo fornecedor. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,31%, 3,75% e 2,95% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

De forma similar, as variações das taxas de câmbio impactam diretamente os custos de mercadoria. Apesar de nossa atividade ser totalmente voltada para o mercado interno, uma parte de nossos produtos são importados e podem sofrer variações de custo de acordo com as taxas de câmbio do período em questão. No exercício social encerrado em 2019, 5,6% das compras realizadas pela Companhia foram de produtos importados, o que minimiza esse impacto. O aumento do dólar aumenta o custo o qual pode não ser repassado integralmente para o preço, o que poderá afetar a margem adversamente.

O aumento da taxa básica de juros afeta de forma relevante o nosso relatório financeiro, pois nossos principais financiamentos são com taxa pós-fixada, principalmente a taxa CDI.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da nossa Companhia informaram que nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das nossas atividades para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de setembro de 2017, aprovamos a incorporação, pela nossa Companhia, do patrimônio líquido da Odis Participações Ltda., sociedade que participava do bloco de controle da Companhia (“Odis” e “Incorporação Odis”, respectivamente), assumindo os ativos e os passivos da Odis e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações. Em razão da incorporação, dá-se a extinção da Odis de pleno direito, sendo a mesma sucedida pela nossa Companhia. Em decorrência da incorporação da Odis, todas as quotas representativas do capital social da Companhia por ela detidas foram extintas no ato de incorporação e, em substituição, foram atribuídas, aos quotistas da Odis, na proporção que detêm no seu capital social, 55.141.015 (cinquenta e cinco milhões, cento e quarenta e uma mil e quinze) de ações de emissão da nossa Companhia anteriormente detidas pela Odis, as quais foram atribuídas à Naomi Participações S.A., sociedade que, anteriormente à incorporação, era controladora direta da Odis. Também em 30 de setembro de 2017, a Companhia realizou a cisão parcial de seu patrimônio que foi vertido para a sua controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda (“SBF Comércio” e “Cisão Parcial”, respectivamente). Em razão da Incorporação Odis e da Cisão parcial, ocorreu a reversão do ágio existente na Odis e a constituição na conta de ativo fiscal diferido da Companhia de tributo recuperável sobre o ágio de aproveitamento certo, oriundo da Incorporação Odis e da Cisão Parcial, conforme laudo emitido por empresa terceirizada no valor de R\$71,1 milhões.

Em 30 de setembro de 2017, a Lione Comércio de Artigos Esportivos Ltda. (“Lione”) realizou um aumento de capital, mediante a emissão de 147.379.650 (cento e quarenta e sete milhões, trezentas e setenta e nove mil e seiscentas e cinquenta) novas quotas, aprovado pelo seu único cotista da época, Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho, que foi totalmente subscrito e integralizado pela nossa controlada, SBF Comércio, por meio da conversão, em capital social, do crédito por ela detido contra a Lione. No mesmo ato, a SBF Comércio adquiriu a totalidade das quotas de emissão da Lione detidas pelo Bomfim, passando a ser a única cotista da Lione (“Aquisição Lione”). A Lione tem por objeto social o comércio varejista de artigos de caça, pesca e *camping*. Em razão da Aquisição Lione, a conta de mútuos a receber da Companhia (considerando apenas os mútuos com as empresas Lione Comercio de Artigos Esportivos Ltda. e Lapa Participações) reduziu R\$120,2 milhões, tendo em vista que esse crédito foi convertido em participação do capital social da Lione. Adicionalmente, a conta de prejuízos acumulados do patrimônio líquido diminuiu em R\$153,2 milhões.

Para mais informações sobre a Incorporação Odis, Cisão Parcial e Aquisição Lione, vide itens 10.1(h) e 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 06 de fevereiro de 2020, a nossa controlada SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda. celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas (“QPA”) com Nike Galaxy Holding B.V. e Nike Group Holding B.V., juntamente com nossa Companhia como garantidora e Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. como interveniente-anuente, por meio do qual se comprometeu, sujeito aos termos e condições lá estabelecidos, a adquirir 100% das quotas da Nike do Brasil Comércio e Participações Ltda. O valor a ser pago será baseado no capital de giro, ativos imobilizados e certos ativos fiscais, e é estimado em R\$900 milhões. A conclusão da transação de aquisição prevista no QPA está condicionada ao atendimento de determinadas condições precedentes habituais de fechamento, dentre as quais a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com a consumação da aquisição, também será assinado um Contrato de Distribuição (“DA”) que dará à Companhia, através de suas subsidiárias, a exclusividade por 10 anos na distribuição de produtos NIKE no Brasil e da operação do site Nike.com.br em troca do pagamento de *royalties* e *marketing service fees*. Concomitantemente, também será assinado um contrato de operador máster (“MSA”) que concederá à

Companhia, através de suas subsidiárias, 5 anos de exclusividade na operação de lojas Nike no território brasileiro. Para mais informações sobre a transação de aquisição com a Nike, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

**c. eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A partir do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019, entrou em vigor a IFRS 16, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Com a entrada em vigor do IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações das lojas físicas e centros de distribuição - CDs. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Exceto pelo disposto acima, não houve mudança significativa nas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 nem no exercício social corrente.

### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em relação a CPC 47/IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018. Da mesma forma, a adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos passivos financeiros.

Em relação ao IFRS 16, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

<b>Ativos de direito de uso</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>01/01/2019 (Adoção inicial)</b>
Imóveis	1.132.892	923.424
Veículos	4.911	1.567
	<b>1.137.803</b>	<b>924.991</b>
<b>Passivos de arrendamento</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>01/01/2019 (Adoção inicial)</b>
Arrendamento a pagar	1.149.820	924.991

**Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:**

**31/12/2019**

Despesa de depreciação	114.231
Juros sobre os arrendamentos - AVP	83.924

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada por vencimento esta descrita na nota explicativa 18.

A Companhia possui contratos de aluguel (arrendamento operacional) para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos de 10 a 25 anos e opção de renovação. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados anualmente de acordo com os índices contratuais de mercado.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear.

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

**c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

A Diretoria comunica que não houve ressalvas e ênfases nos pareceres do auditor referente às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

## 10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no nosso histórico, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela nossa administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento, ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a nossa situação financeira e os nossos resultados.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A nossa Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. As provisões para essas contingências são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos cíveis, consumidor, trabalhista e tributários em que a nossa Companhia é parte, inicialmente, considera os seguintes pontos: (i) evidências disponíveis; (ii) hierarquia das leis; (iii) posição jurisprudencial; e (iv) o parecer de nossa assessoria jurídica, que são revisados por nossa equipe jurídica interna. Destacamos que estas provisões são ajustadas periodicamente, a fim de refletir mudanças circunstanciais, tais como a evolução em termos da natureza dos processos, entendimentos jurisprudenciais recentes, prazo de prescrição aplicável e documentação disponível.

Historicamente, as ações judiciais em que somos parte resultam em um valor diferente do previsto inicialmente. Caso nós provisionemos todos os processos com o valor original da ação, podemos apresentar um valor provisionado sub ou superestimado. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica e que devemos efetuar estimativas constantes para refletirmos da melhor maneira o valor provável.

### *Realização de impostos diferidos ativo (demonstrações financeiras consolidadas)*

Os ativos fiscais diferidos da nossa Companhia foram constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A realização está fundamentada em estudos de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A nossa Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos na apuração do lucro tributável futuro, tais como taxa de crescimento e margem de lucro e cenário macroeconômico, considerando o desempenho dos últimos anos e atual, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

Em alguns dos exercícios sociais anteriores ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentamos prejuízo em nosso resultado, o que fez com que a reserva de prejuízo fiscais aumentasse. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nosso resultado líquido passou a ser positivo, o que nos permitiu ativar parte dessa reserva de prejuízo fiscal como ativo fiscal diferido. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumentamos nossas projeções de lucro, o que nos permitiu ativar o saldo restante, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 R\$222,6 milhões. Caso não realizássemos uma estimativa da parte que deveria ser ativada, poderíamos estar sub ou superdimensionando o nosso Patrimônio Líquido. Por essa razão, nossos Diretores entendem que essa é uma política contábil crítica.

### *Teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis*

As principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa livre são relacionadas a: (i) receita, que é projetada de 2019 a 2028 pelo IPCA + PIB + spread; (ii) deduções mantém o seu percentual histórico da ROB de 26,3%; (iii) custo das vendas, que são projetadas com uma redução do percentual da receita líquida em 0,5% para

2019 e nos anos consecutivos de 0,1%; (iv) despesas variáveis, que seguem o percentual histórico de 4,6% da receita operacional líquida; e (v) despesas fixas crescem em linha com a inflação projetada.

Historicamente, a nossa Companhia investiu em abertura de lojas e reconheceu o valor investido em seu ativo imobilizado. Os nossos Diretores entendem que nós devemos revisar o valor reconhecido no ativo imobilizado caso alguma das lojas realize um resultado pior do que o previsto, fazendo com que nossas projeções mudem. Caso isso não seja feito, os nossos Diretores entendem que estaríamos superestimando nosso ativo. Dessa forma, nossos Diretores acreditam que essa é uma política contábil crítica que deve ser revista periodicamente.

### ***Adoção das Normas Internacionais de contabilidade***

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado através da Deliberação CVM nº 787/2017, e com a Resolução CFC - NBC TG 06 (R3) 22/12/2017 – Conselho Federal de Contabilidade, os arrendamentos especificados nas referidas normas devem ser registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do Ativo e Passivo, bem como uma despesa mensal de amortização deste bem, juntamente com a despesa de juros.

De acordo com a análise efetuada pela Companhia, referidas normas abrangem os contratos de aluguéis das lojas, CDs, CTs e do Centro Administrativo. Outros contratos, como leasing de equipamentos existentes na Companhia têm período e valor inferior ao descrito nas normas acima mencionadas e, portanto, não são objeto do procedimento contábil mencionado acima.

Para cálculo dos efeitos iniciais, a Companhia definiu as taxas, bem como o período de vida útil (com possíveis renovações) destes bens, considerando as premissas a seguir.

#### **a) Período de vida útil:**

##### **a.1) Estabelecimentos Comerciais:**

Os contratos de aluguéis dos estabelecimentos comerciais em geral têm o mesmo padrão, pois todas as lojas da Centauro são situadas em shoppings e somente uma loja é alocada em rua comercial. Por ter esta semelhança a Companhia definiu as seguintes regras comuns:

- Para os contratos cujo prazo residual é de até 3 anos, a Companhia entende que terá menor esforço para medição, pois a Companhia possui dados históricos recentes para avaliação, bem como possui tais contratos abrangidos dentro do seu plano de negócios. Desta forma, neste caso, será aplicado como critério de vida útil o prazo atual do contrato e adicionado mais uma renovação, com exceção de lojas deficitárias que a Companhia pretenda descontinuar.
- Para contratos vigentes com prazo superior a 3 anos, será considerado como vida útil o prazo de contrato, porém será levado em consideração o retorno do investimento, ou seja, a benfeitoria investida neste estabelecimento com relação à receita bruta gerada, onde o valor do retorno não poderá ser menor que a vida útil do contrato, salvo casos específicos onde a Companhia já tenha a certeza, na adoção inicial da norma, quanto à descontinuidade do ponto comercial.

##### **a.2) Estabelecimentos administrativos e de distribuição:**

O contrato de aluguel do Centro Administrativo, localizado em São Paulo, tem um prazo de vigência de 20 anos, sendo que o período residual da atual vigência está compreendido no plano de negócio e o orçamento da Companhia para os próximos anos. Portanto, não será aplicado um prazo de vida útil maior que o contrato vigente, tendo em vista a não certeza de renovação pois não é possível definir uma continuidade num período tão longo e fora do planejamento e do orçamento da Companhia.

O maior Centro de Distribuição, onde a Companhia realizou o maior investimento em benfeitorias, está localizado na Cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais e é operado pela Companhia com base em um contrato de arrendamento, cujo prazo de vigência é de 25 anos. Da mesma forma que o Centro Administrativo, o prazo residual do contrato está compreendido no plano de negócio estimado da Companhia para os próximos anos.

Portanto, a vida útil deste arrendamento será o tempo residual de contrato, pois não é possível ter certeza ou medir a sua renovação.

Para os Centros de Triagens, ou seja, os CD's menores onde tem baixa circulação e investimento bem inferior, serão aplicadas as regras descritas acima para os estabelecimentos comerciais.

**b) Taxa – Valor presente:**

A taxa a ser utilizada para registro do ativo ao valor presente será a equivalente a créditos imobiliários, ou seja, a taxa média de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), descontada de inflação.

A Companhia entende como a taxa mais adequada já que todos os arrendamentos que se enquadram na norma e são discutidos neste memorando, tratam-se de imóveis e esta seria a taxa comercial caso a empresa fosse negociar um imóvel.

**Periodicidade**

As premissas descritas acima serão revisadas, ao menos, anualmente, ou em outra periodicidade menor quando necessário.

## 10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

### **i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Companhia possui diversos contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas (VBF Empreendimentos Ltda.) e com terceiros, cujos prazos têm duração de cinco a vinte anos, e opção de renovação, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo ou variável, com base em percentual sobre o faturamento, de acordo com as formas contratuais.

### **ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### **iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### **iv. contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

### **v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.

## 10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

### a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6(i) deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de aluguel de imóveis, que foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Estes contratos estabelecem valores de aluguel fixo, reajustados anualmente, de acordo com os índices contratuais de mercado, ou variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais e são registrados como despesas operacionais de alugueis.

### b. natureza e o propósito da operação

Tratam-se de diversos contratos de aluguel de imóvel de nossas lojas físicas (216 contratos), locação de caminhões (32 contratos), centros de distribuição (03 contratos), centros de transferência (02 contratos) e centro de serviço (01 contrato).

### c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

#### Arrendamentos mercantil operacional - Contratos de aluguel

Os contratos de aluguel (arrendamento operacional) que possuímos para os imóveis de centro de serviço, centros de distribuição e lojas, possuem prazos de 05 a 20 anos e opção de renovação. A parte fixa dos pagamentos de tais arrendamentos é reajustada anualmente, de acordo com os índices contratuais de mercado. A análise da Administração concluiu que tais contratos atendem a classificação de arrendamento mercantil operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Valor (R\$ milhões)
Até 1 ano	191,1
Entre 1 e 5 anos	742,9
Mais de 5 anos	773,0
<b>Total</b>	<b>1.706,9</b>

## 10.8 – Plano de negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### **i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2019, a Companhia utilizou parte dos recursos captados em nossa oferta pública inicial realizada em 2019 na abertura de novas lojas e na reforma de lojas existentes para o modelo G5. Desta forma, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o valor equivalente a R\$ 104,7 milhões foi dedicado à reforma de 9 lojas já existentes e à abertura de 18 novas lojas.

Pretendemos seguir com o plano de reformar toda a base atual de lojas ao longo dos próximos 10 anos. Consideramos esses investimentos essenciais para garantir uma experiência excepcional aos nossos clientes uma vez que são destinados a melhorias na estrutura arquitetônica, *layout* e equipamentos das lojas, implantação de soluções tecnológicas facilitando e estimulando a jornada de compra dos nossos clientes, além da inserção de pontos de experiência e experimentação de produtos em loja.

A plataforma Omnichannel continua sendo um foco importante dos nossos investimentos. Mesmo já tendo sido implantada em 100% das lojas, pretendemos continuar investindo em projetos que visam otimizar nossas plataformas (*Mobile, App e Desktop*), infraestrutura de Tecnologia da Informação, RFID e melhorias em nosso Centro de Distribuição com o objetivo de aprimorar nosso nível de serviço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, destinamos R\$ 39,4 milhões para investimentos em Tecnologia.

Para suportar nossa estrutura atual bem como nossa estratégia de crescimento, pretendemos continuar investindo em projetos, tecnologias e infraestruturas. Investimentos como: tecnologia de informação, Business Intelligence, SAP Outbound, ativos e manutenção de lojas, ferramentas de abastecimento e logística, investimentos no CD e na frota de veículos, projetos de inovação, entre outros.

#### **ii. fontes de Financiamento dos investimentos**

Os Diretores da nossa Companhia afirmaram que as principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos em andamento foram o caixa gerado por nossas operações e recursos de nossos acionistas.

#### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os Diretores da nossa Companhia informaram que até o momento não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os Diretores da nossa Companhia informaram que não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores da nossa Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados nos itens acima.

## **10.9 – Outros fatores com influência relevante**

### **Antecipação de Recebíveis**

Como garantia adicional, a Companhia mantém contratos de antecipação de recebíveis que são acionados em caso de necessidade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia antecipado recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito nos valores de R\$10,9 milhões (R\$425,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, e R\$319,4 milhões em 31 de dezembro de 2017).

## Anexo II

### **DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

#### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO – ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM 481**

**1. Lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$310.170.532,85.

**2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não distribuirá dividendos, bem como não haverá declaração de juros sobre capital próprio.

**3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável.

**4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre seu capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

Não aplicável, tendo em vista que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não distribuiu dividendos, bem como não declarou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>31 de dezembro de 2017</b>
<b>Lucro Líquido</b>	310.170.532,85	148.748.493,29	241.011.228,23

**b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não distribuiu dividendos, bem como não declarou juros sobre capital próprio nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não distribuirá dividendos e não declarará juros sobre capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**8. Destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propôs a destinação de R\$15.508.526,64 à reserva legal.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A destinação de parcela do lucro líquido é determinada pelo art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, pelo qual 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social**

Nos termos do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, após a constituição da reserva legal, no mínimo 25% do lucro que remanescer deverá ser destinado ao pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, ajustado pela constituição de reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não haverá distribuição de dividendos, tendo em vista que foi proposta a destinação da integralidade do lucro líquido para a reserva legal e para a reserva de incentivos fiscais da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei Nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Do lucro líquido, o montante de R\$43.079.470,70 foi retido e destinado à reserva legal e à reserva de incentivos fiscais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei Nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada..

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção do dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação do resultado para reserva de contingências**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação do resultado para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta destinação de resultado que não para a reserva legal e para a reserva de incentivos fiscais.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

Não aplicável, tendo em vista que não foi proposta retenção de lucros para orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais**

**a. Montante destinado à reserva**

A Administração propôs a destinação de R\$27.570.944,06 à reserva de incentivos fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedade por Ações, a Companhia poderá, por meio de deliberação tomada em sede de Assembleia Geral ou por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Nesse sentido, o art. 30 da lei 12.973 de 13 de maio de 2014, dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de

empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada na reserva de benefícios fiscais, nos termos do at. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

### **Anexo III**

#### **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

A Administração propõe que seja retificada a proposta de remuneração global anual da Administração para o biênio de 2019/2020 aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2020, passando de R\$49.905.346,54 para até R\$62.081.246,40, sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração fixa e variável da Administração a serem suportadas pela Companhia na forma da lei.

##### **a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração**

A proposta da Administração se refere ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

##### **b) Comentários sobre (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019 e (ii) os valores referentes à remuneração dos Administradores efetivamente realizados, incluindo eventuais diferenças entre as informações descritas nos itens (i) e (ii):**

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada pela Companhia em 15 de fevereiro de 2019 para o biênio de 2019/2020 foi de até R\$49.905.346,54, não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável.

A previsão da remuneração dos administradores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$17.998.886,81. Entretanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o valor efetivamente realizado referente à remuneração dos Administradores para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$27.712.635,40, sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) incidentes sobre as remunerações fixa e variável da Administração suportadas pela Companhia na forma da lei, em razão das explicações detalhadas no item “c” abaixo.

##### **c) Comentários sobre eventuais diferenças entre os valores da proposta atual e da proposta anterior e os constantes do item 13 do Formulário de Referência da companhia, esclarecendo, por exemplo, se são decorrentes da não correspondência entre o período coberto pelas propostas (letra “a”) e o período coberto pelo Formulário de Referência (exercício social).**

A diferença da remuneração da administração referente ao valor previsto para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o valor efetivamente realizado decorre (i) da outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, (ii) do incremento do número de membros da Diretoria em 29 de janeiro de 2020 e (iii) da valorização do valor das ações ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Para fins de maior detalhamento, abaixo quadro comparativo entre (i) os valores realizados em 2019 e (ii) os valores constantes da Proposta de Administração apresentada em 2020.

<b>Remuneração Total em Valores Anuais</b>						
	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria</b>		<b>Total</b>	
	<b>Valor Realizado em 2019</b>	<b>Proposta da Administração em 2020</b>	<b>Valor Realizado em 2019</b>	<b>Proposta da Administração em 2020</b>	<b>Valor Realizado em 2019</b>	<b>Proposta da Administração em 2020</b>
Nº total de membros	10,00	10,00	5,92	7,00	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	5,92	7,00	N/A	N/A
<b>Remuneração fixa</b>						
Salário ou pró-labore	5.616.000,00	5.796.879	6.034.000,00	7.020.000	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	105.035,40	288.641	142.600,00	151.091	N/A	N/A
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>						
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Participação de resultados	0,00	0,00	5.772.000,00	6.500.000	N/A	N/A
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	10.043.000,00	14.621.000,00	N/A	N/A
Observações	O número de membros foi apurado na forma especificada no Ofício-Circulares CVM/SEP/Nº2/2020					
<b>Total da remuneração</b>	<b>5.721.035,40</b>	<b>6.085.520</b>	<b>21.991.600,00</b>	<b>28.283.091,00</b>	N/A	N/A

As alterações descritas decorreram principalmente dos motivos acima expostos, não estando relacionadas a não correspondência entre o período coberto pelas propostas de administração e o período coberto pelo Formulário de Referência, visto que ambos consideram o mesmo período para fins de divulgação e estimativa do valor global da remuneração dos Administradores, qual seja, o exercício social com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

Segue abaixo o **ANEXO III-A** contemplando as informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia nos últimos exercícios sociais e a previsão acima mencionada para o exercício social corrente, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e do Artigo 12, inciso II da Instrução CVM 481.

\* \* \*

**Anexo III-A**  
**ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA**

**13.1 – Descrições da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado**

Em 15 de fevereiro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Remuneração do pessoal-chave da nossa administração ("Política"). Em 22 de março de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou a alteração da mencionada Política. A nossa Política tem como principal função alinhar os interesses dos nossos administradores e os nossos objetivos, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

De acordo com a nossa Política, a remuneração global dos administradores, membros dos comitês de assessoramento e membros do Conselho Fiscal, quando instalado ("Pessoal-Chave da Administração") poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável (participação nos lucros, bônus, etc.); (iii) benefícios; (iv) benefícios pós-exercício do cargo; (v) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (v) remuneração baseada em ações.

O inteiro teor da nossa Política poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores ([www.centauro.com.br/ri](http://www.centauro.com.br/ri)) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na categoria Política de Remuneração.

**b. composição da remuneração, inclusive**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

A remuneração total do Conselho de Administração é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: A remuneração fixa do nosso Conselho de Administração é composta pelo pagamento de um valor fixo mensal a título de pró-labore.
- Benefícios direto e indireto: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema de remuneração para a satisfação de necessidades pessoais e familiares. São eles: plano de saúde executivo, seguro D&O, seguro de vida e motorista particular em período integral.
- Adicionalmente, desde 05 de novembro de 2019, há a possibilidade dos membros independentes serem selecionados pelo Conselho de Administração para participar de programa de remuneração baseada em ações, através de Opções de Compra de Ações de nossa Companhia, visando reforçar a retenção de executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma outorga de Opções de Compra de Ações foi realizada a membros independentes do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

A remuneração total da Diretoria Estatutária é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo na nossa Companhia e no mercado de trabalho, bem como a responsabilidade individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.
- Remuneração Variável: Composta pela participação nos nossos resultados, tem por intenção premiar o alcance dos objetivos da Companhia e individuais, alinhada ao orçamento e atingimento de metas.
- Remuneração baseada em ações: Baseada em Opções de Compra de Ações de nossa Companhia, visa reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- Benefícios: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema salarial para a satisfação de necessidades pessoais e familiares, como segurança, saúde e alimentação.

#### Diretoria Não Estatutária

A remuneração total da Diretoria Não Estatutária é composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: Tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo na nossa Companhia e no mercado de trabalho, bem como a responsabilidade individual, experiência, formação e conhecimento do executivo.
- Remuneração Variável: Composta pela participação nos nossos resultados, tem por intenção premiar o alcance dos objetivos da Companhia e individuais, alinhada ao orçamento e atingimento de metas.
- Remuneração baseada em ações: Baseada em Opções de Compra de Ações da Companhia, visa reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.
- Benefícios: O conjunto de planos oferecidos por nós como complemento ao sistema salarial para a satisfação de necessidades pessoais e familiares, como segurança, saúde e alimentação.

#### Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

#### Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Comitês Estatutários instalados.

#### Comitês Não Estatutários

Os membros do nosso Comitê de Auditoria não recebem remuneração pela função que exercem no Comitê de Auditoria.

#### **ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	94,64%	N/A	27,4%	47,54%	N/A
Remuneração Variável	0,00%	N/A	26,2%	23,05%	N/A
Benefícios	5,36%	N/A	0,6%	1,95%	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remunera�o Baseada em A�es	0,00%	N/A	45,7%	27,46%	N/A
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>N/A</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>N/A</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018					
Composi�o da Remunera�o	Conselho de Administra�o	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remunera�o Fixa Mensal	97,63%	N/A	50,31%	57,38%	N/A
Remunera�o Variável	0,00%	N/A	47,75%	40,61%	N/A
Benefícios	2,37%	N/A	1,24%	2,01%	N/A
Cessa�o do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remunera�o Baseada em A�es	0,00%	N/A	0,70%	0,00%	N/A
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>N/A</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>N/A</b>

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
Composi�o da Remunera�o	Conselho de Administra�o	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remunera�o Fixa Mensal	100%	N/A	49,20%	63,39%	N/A
Remunera�o Variável	0,00%	N/A	49,50%	34,14%	N/A
Benefícios	0,00%	N/A	1,30%	2,47%	N/A
Cessa�o do Exercício do Cargo	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
Remunera�o Baseada em A�es	0,00%	N/A	0,00%	0,00%	N/A
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>N/A</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>N/A</b>

### iii. metodologia de c lculo e de reajuste de cada um dos elementos da remunera o

#### Conselho de Administra o:

**Remunera o fixa mensal:** O s lario dos membros do Conselho de Administra o   definido no momento da admiss o do Conselheiro.

Os membros do Conselho de Administra o far o jus a uma remunera o fixa, que ser  determinada de acordo com o padr o de mercado e a benef cios p s-exerc cio do cargo. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administra o poder o ser eleg veis a uma remunera o baseada em a es ou a remunera o vari vel.

A remunera o dos membros do Conselho de Administra o ser  proporcional  s suas respectivas atribui es, responsabilidades, disponibilidade de tempo, proatividade, dedica o, alinhamento com os interesses da

Companhia, conhecimento das particularidades das atividades desenvolvidas pela Companhia, seu mercado de atuação, sua cadeia de fornecedores, logística, modelo de negócios, conhecimento do potencial de seus colaboradores e lideranças, dentre outros, sempre relacionados com as atividades da Companhia e seu desenvolvimento. Não haverá remuneração baseada em participação em reuniões.

#### Diretoria Estatutária:

**Remuneração fixa mensal:** O salário da Diretoria Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a média da remuneração atribuída a Diretores de sociedades que atuam no mesmo ramo (varejo), na mesma região (São Paulo) e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de recursos humanos, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisas salariais.

A remuneração da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, de modo que: (a) seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo, proporcionando o alinhamento dos interesses dos nossos Diretores com os nossos interesses de longo prazo; (b) considere os custos e os riscos envolvidos; e (c) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a nossa Companhia no longo prazo.

**Remuneração Variável:** A remuneração variável distribuída aos nossos Diretores é composta pela nota individual final resultante da ponderação entre a nota da nossa Companhia e a nota individual, com base nos pesos (%) das notas individuais e nota da nossa Companhia multiplicadas ao seu salário e quantidade de meses elegíveis ao recebimento.

- Nota individual: Nota atribuída a cada Diretor de acordo com a régua de atingimento de metas pré-fixadas no início do exercício social, que variam de acordo com o cargo exercido pelo Diretor.
- Nota Companhia: Nota atribuída de acordo com os atingimentos de metas financeiras estipuladas no início do período de vigência (EBITDA, dívida líquida e SSS) e não-financeiras (NPS).

**Benefícios:** O complemento da remuneração da nossa Diretoria Estatutária consiste nos benefícios pagos integralmente ou parcialmente pela nossa Companhia durante o período trabalhado, com o objetivo de atrair os melhores talentos e garantir qualidade de vida aos nossos Diretores.

- Assistência Médica;
- Assistência Odontológica;
- *Check up*;
- Seguro de Vida;
- Refeitório; e
- Estacionamento.

**Desligamento:** Não há remuneração/benefícios oficializados para desligamentos da nossa Companhia.

**Remuneração baseada em ações:** Atualmente, temos um Plano de Opção de Compra de Ações com o objetivo de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas, ("Beneficiários") se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados. A escolha dos Beneficiários é feita pelo nosso Conselho de Administração. Esse instrumento, além de gerar maior alinhamento entre

empregados, administradores, prestadores de serviços e acionistas, busca garantir e incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

#### Diretoria Não-Estatutária:

**Remuneração fixa mensal:** O salário da Diretoria Não-Estatutária é definido no momento da admissão do Diretor.

A remuneração da Diretoria Não-Estatutária é uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos Diretores, sendo estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes ao cargo, de modo a proporcionar o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da nossa Companhia.

Os membros da Diretoria Não-Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa que é determinada de acordo com a média da remuneração atribuída a Diretores Não-Estatutários de sociedades que atuam no mesmo ramo (varejo), na mesma região (São Paulo) e que são de porte similar (em termos de faturamento) ao da nossa Companhia, conforme trabalho realizado pela nossa área de recursos humanos, a partir de informações obtidas de empresas de RH especializadas em pesquisas salariais.

**Remuneração Variável:** A remuneração variável distribuída aos nossos Diretores Não-Estatutários é composta pela nota individual final resultante da ponderação entre a nota da nossa Companhia e a nota individual, com base nos pesos (%) das notas individuais e nota da nossa Companhia multiplicadas ao seu salário e quantidade de meses elegíveis ao recebimento.

- Nota individual: Nota atribuída a cada Diretor Não-Estatutário de acordo com a régua de atingimento de metas pré-fixadas no início do exercício social, que variam de acordo com o cargo exercido pelo Diretor.
- Nota Companhia: Nota atribuída de acordo com os atingimentos de metas financeiras estipuladas no início do período de vigência (EBTIDA, dívida líquida e SSS) e não-financeiras (NPS).

**Benefícios:** O complemento da remuneração da Diretoria Não-Estatutária consiste nos benefícios pagos integralmente ou parcialmente pela Companhia durante o período trabalhado, com o objetivo de atrair os melhores talentos e garantir qualidade de vida aos colaboradores.

- Assistência Médica;
- Assistência Odontológica;
- *Check up*;
- Seguro de Vida;
- Refeitório; e
- Estacionamento.

**Desligamento:** Não há remuneração/benefícios oficializados para desligamentos da Companhia.

**Remuneração baseada em ações:** Atualmente, temos um Plano de Opção de Compra de Ações com o objetivo de integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de nossos empregados, administradores e prestadores de serviços e de nossas sociedades controladas diretas ou indiretas, (“Beneficiários”) se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados. A escolha dos Beneficiários é feita pelo nosso Conselho de Administração. Esse instrumento, além de gerar maior alinhamento entre empregados, administradores, prestadores de serviços e acionistas, busca garantir e incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos. Para mais informações sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, vide itens 13.4 a 13.8 deste Formulário de Referência.

**Conselho Fiscal:** Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Comitês: Os membros do nosso Comitê de Auditoria não recebem remuneração pela função que exercem no Comitê de Auditoria.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração é balizada para garantir a nossa competitividade na atração e retenção de nossos colaboradores, assim como reconhecer o desempenho de acordo com o atingimento dos resultados alcançados.

O posicionamento desta composição total (soma de todos os elementos) está alinhado às expectativas de mercado, sendo as parcelas fixas definidas no momento da admissão do membro da administração e as parcelas variáveis resultantes da ponderação entre a nota da Companhia e a nota individual, evitando o surgimento de distorções que prejudiquem a nossa capacidade de atrair e reter profissionais competentes e qualificados. Podemos ainda destacar os seguintes objetivos da composição de remuneração:

- Associar uma parcela significativa da remuneração aos resultados da empresa (meritocracia);
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazos;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazos, visando a geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para a Companhia.

Com isso, asseguramos a competitividade ou atração de pessoas, a retenção de profissionais qualificados, a aplicação da meritocracia, além de apresentar um equilíbrio com o sistema orçamentário da Companhia.

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração e Diretores eram remunerados. Os membros do nosso Comitê de Auditoria não recebem remuneração pela função que exercem no Comitê de Auditoria.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

- A remuneração fixa está baseada nas pesquisas salariais de mercado contratadas de consultorias especializadas no assunto e objetivam o reconhecimento individual e coletivo dos resultados alcançados por nós.
- A remuneração variável está diretamente ligada aos indicadores de resultados de nossa Companhia de acordo com as metas pré-estabelecidas, buscando reconhecer o alcance de resultados e longevidade do negócio. Os principais indicadores utilizados na remuneração variável são: EBITDA, dívida líquida, crescimento da receita e NPS.
- Plano de Opções de Compra de Ações: Atrelado ao crescimento do valor da nossa Companhia medido oito vezes o EBITDA contábil dos últimos doze meses (com taxa de administração como despesa operacional), subtraindo dívida líquida (dívida líquida bancária + antecipações + dívida tributária + impostos vencidos).

**d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

Para a remuneração fixa, todo e qualquer reajuste é balizado pela combinação de desempenho individual, comportamento e disponibilidade orçamentária, em linha com a praticada pelo mercado.

Já a remuneração variável é baseada no desdobramento de metas organizacionais, ou seja, as metas organizacionais são desdobradas para as pessoas, considerando que a soma do atingimento individual das metas resulte no alcance dos nossos objetivos.

Finalmente, a outorga de opção de compra de ações, através do Plano de Opção de Compra de Ações, constitui instrumento de alinhamento entre Beneficiários e acionistas, buscando incentivar comportamentos que não elevem a exposição da nossa Companhia a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

O plano de remuneração variável dos colaboradores está diretamente atrelado a superação de metas financeiras e de eficiência operacional que tornem a empresa sólida no curto, médio e longo prazo.

Anualmente as premiações estão ligadas a métricas financeiras de crescimento da empresa de curto e médio prazos (EBITDA, dívida líquida, crescimento da receita e NPS – Net Promoter Score) e o plano de incentivo de longo prazo, baseado no conceito de opções de compra de ações, diretamente atrelado ao crescimento do nosso valor de mercado, ou seja, a valorização das ações no longo prazo.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Atualmente os membros da nossa administração são remunerados por nossa controlada, SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda. Não obstante, a remuneração global dos membros da nossa administração é e continuará sendo aprovada em sede de assembleia geral dos acionistas da nossa Companhia. Para informações sobre a remuneração recebida pelos nossos administradores, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:**

Não possuímos qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando**

- i. Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam*

Nos termos do nosso Estatuto Social e da nossa Política, compete ao nosso Conselho de Administração definir e aprovar a remuneração individual dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

O processo de fixação da remuneração fixa individual do Conselho de Administração e da Diretoria é definido no momento da admissão do administrador, variando de acordo com a formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, sendo readequado quando necessário com base em pesquisas especializadas realizadas por empresas do ramo.

*iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação política de remuneração da Companhia*

A nossa Política entrou em vigor em 15 de fevereiro de 2019. Em 22 de março de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou a alteração da nossa Política. Compete ao Conselho de Administração avaliar, ao menos anualmente, a necessidade de promover atualizações necessárias à mencionada Política.

### 13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente - 31/12/ 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
Nº total de membros	10,00	7,00	N/A	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	N/A	14,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	5.796.879	7.020.000	N/A	12.816.879
Benefícios direto e indireto	288.641	151.091	N/A	439.732
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	6.500.000	N/A	6.500.000
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	14.612.000,00	N/A	14.612.000,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
<b>Total da remuneração</b>	<b>6.085.520</b>	<b>28.283.091,00</b>	N/A	<b>34.368.611,00</b>

<sup>(1)</sup> Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total - Exercício Social - 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
Nº total de membros	10,00	5,92	N/A	15,92
Nº de membros remunerados	7,00	5,92	N/A	12,92

<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	5.616.000,00	6.034.000,00	N/A	11.650.000,00
Benefícios direto e indireto	105.035,40	142.600,00	N/A	247.635,40
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	5.772.000,00	N/A	5.772.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	10.043.000,00	N/A	10.043.000,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
<b>Total da remuneração</b>	<b>5.721.035,40</b>	<b>21.991.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.712.635,40</b>

(1) Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

<b>Remuneração total - Exercício Social - 31/12/2018 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal<sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	9,83	5,00	N/A	14,83
Nº de membros remunerados	6,17	5,00	N/A	11,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	4.318.204,66	5.230.000,00	N/A	9.548.204,66
Benefícios direto e indireto	105.035,40	129.112,40	N/A	234.147,80
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				

Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	4.964.326,85	N/A	4.964.326,85
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	72.500,00	N/A	72.500,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
<b>Total da remuneração</b>	<b>4.423.240,06</b>	<b>10.395.939,25</b>	<b>0,00</b>	<b>14.819.179,31</b>

<sup>(1)</sup> Não possuímos Conselho Fiscal instalado.

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal<sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	9,00	6,00	N/A	15,00
Nº de membros remunerados	0,67	6,00	N/A	6,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	64.000,00	7.870.000,00	N/A	7.934.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	207.692,39	N/A	207.692,39
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	7.919.000,00	N/A	7.919.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	N/A	0,00

<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	0,00	0,00	N/A	0,00
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº03/2019, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
<b>Total da remuneração</b>	<b>64.000,00</b>	<b>15.996.692,39</b>	<b>0,00</b>	<b>16.060.692,39</b>
<sup>(1)</sup> Não possuímos Conselho Fiscal instalado.				

### 13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício social corrente – 31/12/2020				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
Número total de membros	10,00	7,00	N/A	17,00
Número de membros remunerados	7,00	7,00	N/A	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 3.250.000	N/A	R\$ 3.250.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 9.750.000	N/A	R\$ 9.750.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 6.500.000	N/A	R\$ 6.500.000

(1) Ndata deste Formulário de Referência, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2019				
Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal <sup>(1)</sup>	Total
Número total de membros	10,00	5,92	N/A	15,92
Número de membros remunerados	7,00	5,92	N/A	12,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 2.103.750,00	N/A	R\$ 2.103.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 7.152.750,00	N/A	R\$ 7.152.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 4.207.500,00	N/A	R\$ 4.207.500,00

(1) Nesta data, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

<b>Remuneração variável - Exercício social encerrado em 31/12/2018</b>				
<b>Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal<sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	9,83	5,00	N/A	14,83
<b>Número de membros remunerados</b>	6,17	5,00	N/A	11,17
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$1.920.253,50	N/A	R\$1.920.253,50
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$6.528.861,90	N/A	R\$6.528.861,90
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$3.840.507,00	N/A	R\$3.840.507,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$ 0,00	R\$4.964.326,85	N/A	R\$4.964.326,85
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 2.838.750,00	N/A	R\$ 2.838.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 9.651.750,00	N/A	R\$ 9.651.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 5.677.500,00	N/A	R\$ 5.677.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$ 0,00	R\$ 7.991.774,65	N/A	R\$ 7.991.774,65

(1) Nesta data, não possuíamos Conselho Fiscal instalado.

<b>Remuneração variável – Exercício social encerrado em 31/12/2017</b>				
<b>Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal<sup>(1)</sup></b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	9,00	5,17	N/A	14,17
<b>Número de membros remunerados</b>	0,67	5,17	N/A	5,67
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 2.838.750,00	N/A	R\$ 2.695.255,58
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 9.651.750,00	N/A	R\$ 9.651.750,00

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	R\$ 0,00	R\$ 5.677.500,00	N/A	R\$ 5.677.500,00
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	R\$ 7.919.000,00	N/A	R\$ 7.919.000,00
(1) Nesta data, não possuímos Conselho Fiscal instalado.				

### 13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

#### a. Termos e condições gerais

Adotamos como forma de complementação à remuneração de alguns de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço, planos de opção de compra de ações da nossa Companhia, aprovados em sede de Assembleia Geral (“Planos”).

Nesse sentido, o nosso Conselho de Administração é responsável pela condução dos Planos, estabelecendo, periodicamente, programas de opção de compra de ações, os quais integrarão os Planos, definindo para cada programa: (i) os beneficiários; (ii) o número total de ações de nossa Companhia objeto de outorga e, eventualmente, a divisão em lotes; (iii) o preço de exercício; (iv) eventuais prazos de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das opções e as datas-limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (v) eventuais critérios objetivos para a eleição de beneficiários e a determinação do número de opções (“Programas”).

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

#### **Plano 2013 - Programa 2013**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2013, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2013”). Na mesma data, nosso Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2013, vinculado ao Plano 2013 (“Programa 2013”).

Eram elegíveis para participar do Programa 2013 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários Programa 2013”).

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2015 foi deliberado sobre a alteração e consolidação do Plano 2013. Nessa realidade, nesta mesma data, o Programa 2013 foi consolidado. Em ato subsequente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de junho de 2015, nossa Companhia aprovou e ratificou tais alterações.

No âmbito do Programa 2013 foram outorgadas 3.420.000 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários Programa 2013. Das opções outorgadas, 405.832 foram exercidas e 3.014.168 foram extintas, sendo que, na data deste Formulário de Referência, não existiam opções em aberto no âmbito do Programa 2013.

#### **Plano 2013 – Programa 2015**

Em reunião realizada em 22 de outubro de 2015, nosso Conselho de Administração aprovou o Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2015, vinculado ao Plano 2013 (“Programa 2015”).

Eram elegíveis para participar do Programa 2015 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários Programa 2015”). O Programa 2015 tinha nicho de beneficiários diferente do Programa de 2013, dessa forma, os Beneficiários Programa 2015 eram diferentes dos Beneficiários Programa 2013.

No âmbito do Programa 2015 foram outorgadas 2.160.000 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários Programa 2015. Das opções outorgadas, 227.244 foram exercidas e 1.932.756 foram extintas, sendo que, na data deste Formulário de Referência, não existiam opções em aberto no âmbito do Programa 2015.

## **Plano 2016 – 1º e 2º Programas 2016**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2016, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2016”). Na mesma data, nosso Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2016, vinculado ao Plano 2016 (“1º Programa 2016”). Em 4 de setembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações para o ano de 2019, vinculado ao Plano 2016 (“2º Programa 2016”).

### **1º Programa 2016**

São elegíveis para participar do 1º Programa 2016 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia, conforme indicados por nosso Conselho de Administração (“Beneficiários 1º Programa 2016”).

O exercício das opções objeto deste 1º Programa 2016, a partir da vigência do 1º Programa 2016, parcial ou totalmente, impossibilitava os beneficiários de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente. Adicionalmente, qualquer exercício de opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados previamente à entrada em vigor do Plano 2016, parcial ou totalmente, impossibilitava o exercício das opções no âmbito do 1º Programa 2016, pelo respectivo beneficiário.

Dessa forma, tanto o Beneficiário Programa 2013 quanto o Beneficiário Programa 2015 que fosse elegível ao 1º Programa 2016 e que aderisse ao 1º Programa 2016 e exercesse as opções, ficaria automaticamente impossibilitado de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos anteriores.

Ainda, o 1º Programa 2016 estabelece que nosso Conselho de Administração poderia agregar novos beneficiários, outorgando novas opções, determinando o número de ações que o beneficiário teria direito de adquirir, e ajustando o preço de exercício aplicável a estas opções, se for o caso, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 1º Programa 2016.

Em reunião realizada em 18 de abril de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou alteração do Plano 2016, no que diz respeito aos contratos celebrados com os Beneficiários, de modo a alterar o prazo final e extintivo para exercício da totalidade das opções, assim como para prever a possibilidade dos Beneficiários autorizarem a subsidiária da nossa Companhia a descontar do valor relativo ao bônus ou participação nos lucros ou resultados o montante a ser investido no Plano 2016.

No âmbito do 1º Programa 2016 foram outorgadas 5.814.424 opções de compra de ações de nossa emissão aos Beneficiários 1º Programa 2016. Das opções outorgadas, 2.028.149 foram exercidas e 3.303.101 são exercíveis ou se tornarão exercíveis após prazo de carência aplicável.

### **2º Programa 2016**

São elegíveis para participar do 2º Programa 2016 os indicados pelo Conselho de Administração de nossa Companhia (“Beneficiários 2º Programa 2016”).

O exercício das opções objeto do 2º Programa 2016, a partir de sua data de vigência, parcial ou totalmente, impossibilita os Beneficiários 2º Programa 2016 ao exercício de quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente a 16 de dezembro de 2016. A partir da data de vigência do 2º Programa 2016, qualquer exercício de opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente a 16 de dezembro de 2016, parcial ou totalmente, impossibilitará o exercício das opções no âmbito do 2º Programa 2016.

Dessa forma, tanto o Beneficiário Programa 2013, o Beneficiário Programa 2015 quanto o Beneficiário 1º Programa 2016 que for elegível ao 2º Programa 2016 e que aderir ao 2º Programa 2016 e exercer as opções, ficará automaticamente impossibilitado de exercer quaisquer opções relativas aos Planos, Programas e Contratos anteriores.

Ainda, o 2º Programa 2016 estabelece que nosso Conselho de Administração poderá agregar novos beneficiários, outorgando novas opções, determinando o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 2º Programa 2016.

No âmbito do 2º Programa 2016, foi aprovado um volume global de 1.986.794 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia, todas já outorgadas. Nenhuma opção de compra de ações foi exercida, de modo que todas as 1.986.794 opções de compra de ações do 2º Programa 2016 continuam em aberto.

### **Plano 2019 – 1º e 2º Programas 2019**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de setembro de 2019, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2019”). Em 25 de setembro de 2019, nosso Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019 (“1º Programa 2019”). Em 5 de novembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, vinculado ao Plano 2019 (“2º Programa 2019”).

#### **1º Programa 2019**

São elegíveis para participar do 1º Programa 2019 os empregados, Diretores, prestadores de serviço e demais colaboradores de nossa Companhia, conforme elegíveis pelo Conselho de Administração (“Beneficiários 1º Programa 2019”).

Ainda, o 1º Programa 2019 estabelece que nosso Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, agregar novos Beneficiários ao 1º Programa 2019, tendo em consideração a contribuição e a essencialidade das funções desempenhadas pelo potencial beneficiário para o atingimento das metas da Companhia e quaisquer outras características do potencial beneficiário consideradas estrategicamente relevantes pelo Conselho de Administração, desde que respeitando o limite global de ações outorgadas pelo 1º Programa 2019.

No âmbito do 1º Programa 2019, foi aprovado um volume global de 5.452.000 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia, das quais 4.593.206 foram outorgadas aos Beneficiários 1º Programa 2019, não tendo nenhuma delas sido exercida.

#### **2º Programa 2019**

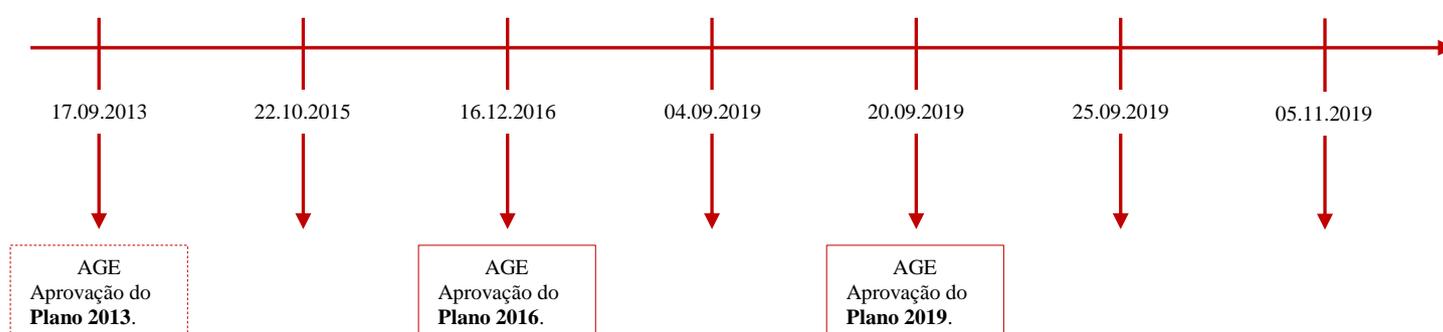
São elegíveis para participar do 2º Programa 2019 os membros independentes do nosso Conselho de Administração, que vierem a ser selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração da Companhia (“Beneficiários 2º Programa 2019”).

No âmbito do 2º Programa 2019, foi aprovado um volume global de 48.000 opções de compra de ações de emissão de nossa Companhia, das quais nenhuma foi outorgada.

Na data deste Formulário de Referência, vigoravam o Plano 2016 e o Plano 2019, o 1º e 2º Programa 2016 e o 1º e 2º Programa 2019.

Para mais informações sobre as opções exercidas, exercíveis e extintas de nossos Planos e Programas, vide itens 13.5, 13.6 e 13.7 deste Formulário de Referência.

### **Abaixo esquematização de nossos Planos e Programas:**



**b. Principais objetivos do plano**

O objetivo do Plano 2016 e do Plano 2019 é integrar capital e trabalho mediante a concessão da possibilidade de os Beneficiários de nossa Companhia e de nossas sociedades controladas direta ou indiretas - incluídas no conceito de Companhia para os fins do Plano 2016 e do Plano 2019- se tornarem nossos acionistas, compartilhando riscos e frutos relacionados aos nossos resultados.

**c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Além do Plano 2016 e do Plano 2019 gerarem maior alinhamento entre nossos Beneficiários e acionistas - uma vez que implicam convergência de esforços para nossos resultados - buscam garantir e incentivar comportamentos que não elevem nossa exposição a risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo, já que o potencial valor dos benefícios atrelados ao Plano 2016 e ao Plano 2019 varia de acordo com nossos resultados.

**d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O Plano 2016 e o Plano 2019 da Companhia, acima mencionados, complementam a remuneração total dos Beneficiários. Assim, são responsáveis pelo alinhamento de longo prazo dos executivos da Companhia, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia e a retenção de profissionais qualificados.

**e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Os nossos Planos, uma vez aprovados pelos nossos acionistas, poderão promover um alinhamento dos interesses de longo prazo, na criação de valor da nossa Companhia, inclusive em razão do estabelecimento de determinados períodos aquisitivos de direito (*vesting periods*), que podem ser de até 8 anos, bem como período de vedação de negociação das ações após sua aquisição (*lock-up*).

**f. Número máximo de ações abrangidas**

O número total de ações abrangidas no âmbito do Plano 2016 e do Plano 2019 devem respeitar o limite máximo de 7.318.043 (sete milhões, trezentas e dezoito mil e quarenta e três) e 7.943.848 (sete milhões, novecentas e quarenta e três mil, oitocentas e quarenta e oito) ações de nosso capital social, respectivamente, e uma vez exercida a opção pelos Beneficiários, as ações correspondentes serão emitidas através de aumento do capital de nossa Companhia.

**g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano 2016 e do Plano 2019 devem respeitar o limite máximo de 7.318.043 (sete milhões, trezentos e dezoito mil e quarenta e três) e 7.943.848 (sete milhões, novecentas e quarenta e três mil, oitocentas e quarenta e oito), respectivamente. O Plano 2016 e o Plano 2019 dispõem sobre os lotes de outorga e seus respectivos prazos de carência, conforme descritos abaixo, durante os quais as opções não poderão ser exercidas (“Prazos de Carência”).

**h. Condições de aquisição de ações**

Plano 2016

Somente poderão participar do Plano 2016 os empregados, administradores e prestadores de serviço de nossa Companhia que forem elegíveis pelo Conselho de Administração.

Quando do lançamento de cada Programa do Plano 2016, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção. Através de um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações que deverá ser celebrado entre a nossa Companhia e cada beneficiário, o beneficiário expressamente aceitará todos os termos do Plano 2016 e do Programa que o beneficiário estará aderindo, se obrigando plena e integralmente a cumpri-los.

O exercício das opções objeto do Plano 2016, parcial ou totalmente, impossibilitará os seus beneficiários de exercer quaisquer opções relativas a Planos, Programas e Contratos aprovados anteriormente.

No âmbito do 1º e do 2º Programa 2016, as ações objeto das opções de compra outorgadas nos termos do Plano 2016 poderão ser exercidas pelos seus beneficiários de acordo com os prazos fixados pelo Conselho de Administração.

O primeiro lote para os Beneficiários 1º Programa 2016 favorecidos nesta outorga pôde ser exercido a partir de 1º janeiro de 2017 e os demais lotes anuais (20% cada) nos aniversários subsequentes, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

<b>Lote Anual</b>	<b>Prazo de Carência Desde a Data da Outorga até:</b>
Primeiro	01/03/2017
Segundo	01/03/2018
Terceiro	01/03/2019
Quarto	01/03/2020
Quinto	01/03/2021

Os lotes anuais (20% cada) do 2º Programa 2016 somente poderão ser exercidos depois de observados os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

<b>Lote Anual</b>	<b>Prazo de Carência Desde a Data da Outorga até:</b>
Primeiro	31/08/2020
Segundo	31/02/2021
Terceiro	31/08/2022
Quarto	31/08/2023
Quinto	31/08/2024

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse

prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, caducarão sem direito a qualquer indenização.

#### Plano 2019

Somente poderão participar do Plano 2019 os empregados, administradores e prestadores de serviço e demais colaboradores de nossa Companhia e de nossas controladas direta ou indireta, que forem elegíveis pelo Conselho de Administração.

Quando do lançamento de cada Programa do Plano 2019, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção. Através de um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações que deverá ser celebrado entre a nossa Companhia e cada beneficiário, o beneficiário expressamente aceitará todos os termos do Plano 2019 e do Programa que o beneficiário estará aderindo, se obrigando plena e integralmente a cumpri-los.

No âmbito do 1º e do 2º Programa 2019, as ações objeto das opções de compra outorgadas nos termos do Plano 2019 poderão ser adquiridas pelos seus beneficiários de acordo com os prazos fixados pelo Conselho de Administração.

No 1º Programa 2019, as opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente a 30% (trinta por cento) e a 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência para exercício abaixo indicados:

	<b>Após 24 meses da outorga</b>	<b>Após 36 meses da outorga</b>	<b>Após 48 meses da outorga</b>	<b>Após 60 meses da outorga</b>
Porcentagem (%)	30% (trinta por cento)	30% (trinta por cento)	20% (vinte por cento)	20% (vinte por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, serão canceladas sem direito a qualquer indenização.

No 2º Programa 2019, as opções serão divididas em 2 (dois) lotes anuais, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do total das opções outorgadas, cada, observados, obrigatoriamente, os Prazos de Carência, conforme tabela abaixo:

	<b>1º Lote – Em 30 de março de 2020</b>	<b>2º Lote – Em 30 de março de 2021</b>
Porcentagem (%)	50% (cinquenta por cento)	50% (cinquenta por cento)

Os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 90 (noventa) dias, contados a partir do respectivo prazo de carência. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem direito a qualquer indenização.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

##### Plano 2016

O preço de emissão ou preço de compra, este último caso nossa Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das opções (sendo a subscrição e a compra, em conjunto, referidas como “aquisição” para os efeitos do Plano 2016), das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das opções, será determinado da seguinte forma:

O Preço de Exercício deverá estar atrelado ao valor das ações no mercado (“Preço de Exercício”), e poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado por nosso Conselho de Administração e acrescido de juros com base em taxa eventualmente também determinada pelo Conselho de Administração.

Conforme dispõe o 1º Programa 2016, o Preço de Exercício das opções, para cada um dos lotes anuais, era de R\$ 4,00 (quatro reais). Este montante correspondia à perspectiva de rentabilidade de nossa Companhia, conforme descrito em estudo/laudo econômico e financeiro elaborado por consultoria ou auditoria especializada que, baseando-se numa premissa de 15,2% de taxa de retorno esperado e 7,1% de crescimento na perpetuidade, resultou em um valor operacional da Companhia de R\$1.241,5 milhões que, subtraído da dívida líquida considerada pela consultoria, resultou em valor econômico de R\$610,8 milhões. O valor econômico dividido pelo número de ações emitidas resultou no preço de R\$4,00.

Conforme dispõe o 2º Programa 2016, o Preço de Exercício das opções, para cada um dos lotes anuais, será de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos), equivalente ao preço do IPO da companhia, corrigidos monetariamente de acordo com IGP-M, até a data do seu exercício por qualquer Beneficiário.

Caso as ações de nossa Companhia sejam aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor total das opções não exercidas, mas com ajuste correspondente ao Preço de Exercício. Neste caso, o Preço de Exercício das opções não exercidas será deduzido, no momento do exercício, o valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outras devoluções de capital por ação, pagos por nossa Companhia a partir da data da outorga da respectiva opção.

#### Plano 2019

Nos termos do Plano 2019, o preço de exercício será pago pelos Beneficiários na forma a ser determinada pelo Conselho de Administração, para cada Programa (“Preço de Exercício”).

Conforme dispõe o 1º e 2º Programa 2019, o Preço de Exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data de aprovação do 1º Programa 2019 e do 2º Programa 2019, respectivamente, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento). Adicionalmente, o Preço de Exercício deverá ser corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M, desde a data de aprovação do Programa 2019 em questão até a data do efetivo exercício da opção.

Caso as ações da Companhia sejam aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações objeto de outorga de opções não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor total das opções não exercidas, mas com ajuste correspondente ao Preço de Exercício.

#### **j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

Conforme o 1º e 2º Programa 2016 e o 1º Programa 2019, os lotes anuais poderão ser exercidos total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 8 (oito) anos, contados a partir da data da primeira outorga das opções, conforme descrito nos Contratos Individuais de Outorga. Após esse prazo, as opções não exercidas, inclusive aquelas relativas a outros Lotes Anuais, caducarão sem direito a qualquer indenização.

No âmbito do 2º Programa 2019, cada Lote poderá ser exercido, total ou parcialmente, pelo prazo extintivo de 90 (noventa) dias, contados a partir do respectivo prazo de carência. Após esse prazo, as opções não exercidas serão canceladas sem qualquer direito a indenização.

As opções não exercidas tempestivamente pelos Beneficiários do 1º e 2º Programa 2019 poderão ser reutilizadas pela Companhia e outorgadas a outros beneficiários, a exclusivo critério do nosso Conselho de Administração.

#### **k. Forma de liquidação**

O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma a ser determinada por nosso Conselho de Administração, para cada Programa.

O 1º e o 2º Programa 2016 e o 1º e o 2º Programa 2019 estabelecem que o pagamento do Preço de Exercício será à vista, no ato da subscrição ou aquisição de cada ação resultante do exercício de cada opção.

Adicionalmente, nos termos do Plano 2016 e do Plano 2019, nosso Conselho de Administração poderá determinar que o Beneficiário destine uma parcela (i) da gratificação anual paga por nossa Companhia ao Beneficiário, a título de bônus ou participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes (“PLR”); e (ii) dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda e outros encargos incidentes, pagos por nossa Companhia ao Beneficiário com respeito a toda e qualquer ação adquirida pelo Beneficiário em decorrência do exercício de opções outorgadas no âmbito de Programas a serem aprovados pela Companhia (“Dividendos”) para aquisição das ações decorrentes do exercício das opções outorgadas.

Nesse sentido, no âmbito das opções de compra de ações emitidas pelo 1º e 2º Programa 2016 e pelo 1º Programa 2019, o montante equivalente a 50% do montante pago pela Companhia ao Beneficiário, a título de bônus ou participação nos lucros (“PLR”), líquidos de impostos ou outros encargos incidentes, deverá ser destinado ao exercício dos Lotes anuais, cujo Prazo de Carência já tenha decorrido, sob pena de extinção de todas as opções já vestidas e não exercidas.

#### **l. Restrições à transferência das ações**

O 1º e 2º Programa 2016 estabelecem que o Beneficiário somente poderá vender, transferir ou, de qualquer outra forma, alienar as Ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício de opções, inclusive aquelas adquiridas em bolsa de valores, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos, quando tais direitos tenham decorrido para o adquirente da propriedade das Ações pelo Beneficiário, se atendido o período mínimo de indisponibilidade de 1 (um) ano contado da data de exercício das opções.

Não obstante, o Beneficiário poderá alienar, a qualquer tempo, o número de ações necessário para realizar o pagamento do Preço do Exercício de opções pendentes de exercício.

O 1º Programa 2019 estabelece que, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações adquiridas em virtude do exercício de opções, desde que atendido o período mínimo de indisponibilidade de 1 (um) ano, a contar da data da sua aquisição.

O 2º Programa 2019 estabelece que, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, o Beneficiário só poderá vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as ações adquiridas em virtude do exercício de opções, desde que atendido o período mínimo de indisponibilidade de 6 (seis) meses, a contar da data da sua aquisição.

#### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta, dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização de nossa Companhia, na qual não sejamos a sociedade remanescente, as opções dos Programas em vigência, a critério de nosso Conselho de Administração, poderão ser transferidas para a sociedade

sucessora, se tal for previsto em plano aprovado por assembleia geral desta última, ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e todas as opções não exercidas caducarão sem direito a indenização.

**n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Salvo disposição em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou mandato do beneficiário por justa causa ou pedido de demissão ou renúncia voluntária, serão observadas as seguintes disposições:

a) caducarão sem indenização todas as opções não exercidas, tendo ou não decorridos os prazos de carência, caso previsto no respectivo Programa.

b) o período de restrição para a alienação de ações estabelecido no Plano 2016 e no Plano 2019 permanecerá em vigor. Não obstante, a Companhia poderá exercer o direito de recompra de Ações dos beneficiários.

### 13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Exercício social corrente – 2020

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano contado da data do exercício da opção
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	1,1%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 12,50
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 12,50
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 12,50
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	0,6%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 14,80
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 14,80
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	1,4%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A

Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	N/A

*Exercício social – encerrado em 31 de dezembro 2019*

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	1,3%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	0,6%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2016 – 2º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0,00	1.216.794

Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	31/08/2020 para o primeiro lote (243.359 opções) 31/08/2021 para o segundo lote (243.359 opções) 31/08/2022 para o terceiro lote (243.359 opções) 31/08/2023 para o quarto lote (243.359 opções) 31/08/2024 para o quinto lote (243.358 opções)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	8 anos contados da data da primeira outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	R\$ 11,33

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	1,4%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 1º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,92
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	10/10/2019
Quantidade de opções outorgadas	0,00	2.933.206
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	24 meses para o primeiro lote (10/10/2021 para primeiro lote de 879.962 opções já outorgadas) 36 meses para o segundo lote (10/10/2022 para segundo lote de 879.962 opções já outorgadas) 48 meses para o terceiro lote (10/10/2023 para o terceiro lote de 586.641 opções já outorgadas) 60 meses para o quarto lote (10/10/2024 para o quarto lote de 586.641 opções já outorgadas)
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	8 anos contados a partir da data da outorga das opções
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	R\$ 10,545

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	N/A

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2019		
Plano 2019 – 2º Programa 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,00	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	N/A
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0,00	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Remuneração baseada em ações - Exercício social encerrado em 31/12/2018		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,83	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	2,0%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2018		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,83	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	22/06/2018
Quantidade de opções outorgadas	0,00	50.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	01/03/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	01/03/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano da data de exercício das opções
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	R\$ 1,45

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Remuneração baseada em ações Exercício social encerrado em 31/12/2017
---

Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 4,00
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	2,3%

Outorga reconhecida - Exercício social encerrado em 31/12/2017		
Plano 2016 – 1º Programa 2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0,00	0,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	N/A	N/A

### 13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	10,00	5,92
Número de membros remunerados	0,00	5,92
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
<b>Quantidade</b>	N/A	5.865.141, sendo 1.715.141 do 1º Programa 2016, 1.216.794 do 2º Programa 2016 e 2.933.206 do 1º Programa 2019
<b>Data em que se tomarão exercíveis</b>	N/A	01/03/2020 para 857.567 opções do 1º Programa 2016 01/03/2021 para 857.574 opções do 1º Programa 2016  31/08/2020 para 243.359 opções do 2º Programa 2016 31/08/2021 para 243.359 opções do 2º Programa 2016 31/08/2022 para 243.359 opções do 2º Programa 2016 31/08/2023 para 243.359 opções do 2º Programa 2016 31/08/2024 para 243.358 opções do 2º Programa 2016  10/10/2021 para 879.962 opções do 1º Programa 2019 10/10/2022 para 879.962 opções do 1º Programa 2019 10/10/2023 para 586.641 opções do 1º Programa 2019 10/10/2024 para 586.641 opções do 1º Programa 2019
<b>Prazo máximo para exercício das opções</b>	N/A	Para o 1º Programa 2016. 01/3/2029. Para os outros programas 10/10/2027
<b>Prazo de restrição à transferência das ações</b>	N/A	1 ano da aquisição da ação
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	N/A	R\$ 4,00 para cada uma das 1.715.141 opções do 1º Programa 2016  R\$ 12,50 para cada uma das 1.216.794 opções do 2º Programa 2016  R\$ 14,80 para cada uma das 2.933.206 opções do 1º Programa 2019
<b>Valor justo das opções no último dia do exercício social</b>	N/A	R\$ 2,05 para cada uma das 1.715.141 opções do 1º Programa 2016  R\$ 11,33 para cada uma das 1.216.794 opções do 2º Programa 2016  R\$ 10,545 para cada uma das 2.933.206 opções do 1º Programa 2019  Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
		não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10
<b>Opções exercíveis</b>		
<b>Quantidade</b>	N/A	1.069.175
<b>Prazo máximo para exercício das opções</b>	N/A	385.918 em 1/3/2025 320.054 em 1/3/2026 363.203 em 1/3/2027
<b>Prazo de restrição à transferência das ações</b>	N/A	1 ano da aquisição da ação
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	N/A	4,0
<b>Valor justo das opções no último dia do exercício social</b>	N/A	2,05 Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10
<b>Valor justo do total das opções no último dia do exercício</b>	N/A	2,05 Por ser um programa liquidado em instrumentos de patrimônio, o valor justo não foi remensurado, durante a vigência do programa, conforme CPC10

### 13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	10,00	5,92
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	5,92
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	494.363
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	R\$ 7,95 por ação
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações	0	494.363
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$ 4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 7,95 por ação

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	10,00	5,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	5,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	487.513
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações	0	487.513
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	9,00	6,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	0,00	6,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	0	421.649
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações	0	421.649
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

### **13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

#### **a. modelo de precificação**

Foi utilizado o modelo de Black & Scholes para a precificação do 1º Programa 2016 e o modelo binomial para o 2º Programa 2016 e para os 1º e 2º Programas 2019.

#### **b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

##### **Plano 2016**

##### **1º Programa 2016 e 2º Programa 2016**

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, consideramos as seguintes premissas: (i) Preço Médio ponderado por ações; (ii) Preço de Exercício; (iii) Volatilidade esperada; (iv) Prazo de vida da opção; (v) Dividendos esperados; (vi) Taxa de juros livre de risco.

Preço médio ponderado por ações:

- **1º Programa 2016**  
Por não termos ações listadas à época, o preço do ativo base utilizado foi calculado baseado em um múltiplo de 8 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses, menos a dívida líquida de nossa Companhia, resultando em um preço de R\$4,81 por ação.
- **2º Programa 2016**  
Preço de fechamento da ação no dia da outorga (10/10/2019): R\$20,97

Preço de Exercício:

- **1º Programa 2016**  
O Preço de Exercício de R\$4,00 foi definido com base em laudo de avaliação realizado por consultoria especializada e, por não ter ações listadas, foi utilizada a volatilidade do Índice Bovespa do prazo equivalente ao prazo de vida do plano que resultou em 23,63%.
- **2º Programa 2016**  
O Preço de Exercício de R\$12,50 foi definido com base na precificação do IPO da companhia.

Prazo de vida da opção:

- **1º Programa 2016**  
Outorga a opção de cinco lotes, os quais 20% (vinte por cento) se tornavam exercíveis a cada ano a contar da data da outorga. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote era de 8 anos a contar da data da primeira outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,17 anos para o plano. Caso os beneficiários não destinassem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência seria extinto.
- **2º Programa 2016**  
Outorga a opção de cinco lotes, os quais 20% (vinte por cento) se tornarão exercíveis a cada ano a contar da data da outorga. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data

da primeira outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,3 anos para o plano. Caso os beneficiários não destinem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência será extinto. Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos):

- 1º Programa 2016  
A taxa de dividendo calculada foi baseada em um retorno esperado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 20% e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando um *dividend yield* de 5%.
- 2º Programa 2016  
A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando um *dividend yield* de 1,31%.

Taxa de Juros livre de Risco:

- 1º Programa 2016  
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 11,37%.
- 2º Programa 2016  
Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 5,96%.

### Plano 2019

#### 1º Programa 2019 e 2º Programa 2019

Para a apuração do valor justo das opções concedidas, consideramos as seguintes premissas: (i) Preço Médio ponderado por ações; (ii) Preço de Exercício; (iii) Volatilidade esperada; (iv) Prazo de vida da opção; (v) Dividendos esperados; (vi) Taxa de juros livre de risco.

Preço médio ponderado por ações:

- 1º Programa 2019  
Preço de fechamento da ação no dia da outorga (10/10/2019): R\$20,97
- 2º Programa 2019  
Preço de fechamento da ação caso outorga tivesse ocorrido em 1/1/2020: R\$35,18

Preço de Exercício:

- 1º Programa 2019  
O preço de exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data de aprovação do 1º Programa de 2019, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento).
- 2º Programa 2019  
O preço de exercício de cada opção deverá corresponder à média ponderada da cotação das ações nos 90 (noventa) pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, imediatamente anteriores à data de aprovação do 2º Programa de 2019, com desconto (deságio) de 10% (dez por cento).

Prazo de vida da opção:

- 1º Programa 2019

As opções outorgadas serão divididas em 4 (quatro) lotes anuais, sendo os 2 (dois) primeiros e os 2 (dois) últimos correspondentes, respectivamente, a 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) do total das opções outorgadas, conforme prazos de carência determinados no respectivo Programa. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 8 anos a contar da data da outorga. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, resultando em um prazo médio de 5,48 anos para o 1º Programa 2019. Caso os beneficiários não destinem um valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do bônus anual para a aquisição das opções de um determinado lote, o lote em referência será extinto.

- 2º Programa 2019

As opções outorgadas serão divididas em 2 (dois) lotes anuais, correspondentes a 50% do total das opções outorgadas, cada, conforme prazos de carência determinados no respectivo Programa. O prazo contratual para exercício das opções de cada lote é de 90 dias a contar da data do término da carência. Sendo assim, para cada lote foi considerado o prazo médio entre a primeira e a última data possível de exercício, caso as opções tivessem sido outorgadas em 1/1/2020 resultando em um prazo médio de 0,8 anos para o 2º Programa 2019.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos):

- 1º Programa 2019

A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando em *dividend yield* de 1,31%.

- 2º Programa 2019

A taxa de dividendo calculada foi baseada em um lucro estimado de R\$1,10 por ação e uma distribuição de dividendo de 25% sobre o lucro, resultando em *dividend yield* de 1,31%.

Taxa de Juros livre de Risco:

- 1º Programa 2019

Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 na data de outorga da opção, resultando em um valor de 5,96%.

- 2º Programa 2019

Para cálculo da taxa livre de risco, foi considerada a curva do CDI divulgada pela B3 como se as opções tivessem sido outorgadas em 1/1/20, resultando em um valor de 4,34%.

**c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

N/A.

**d. forma de determinação da volatilidade esperada**

Em relação ao 1º Programa 2016, por não ter ações listadas à época de sua aprovação, foi utilizada a volatilidade realizada do Índice Bovespa do prazo equivalente ao prazo de vida do plano, observada na data de outorga, que resultou em 23,63%.

Em relação ao 2º Programa 2016 e ao 1º e 2º Programa 2019 foi utilizada a volatilidade da ação da companhia observada desde o IPO até a data de outorga ou aprovação (no caso do 2º Programa 2019).

**e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Foi considerado o IGP-M de 4% para a correção dos preços de exercício no 2º Programa 2016 e 1º e 2º Programa 2019.

**13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PACIPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	Cotas	75.165.976	100,00
Diretoria Executiva			0,00	0,00
Conselho Fiscal			0,00	0,00
<b>Total</b>			75.165.976	100,00

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	GRUPO SBF S.A.	Ações Ordinárias	0	0,00
Diretoria Executiva			1.530.355	0,007283
Conselho Fiscal			N/A	N/A
<b>Total</b>			1.530.355	0,007283

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PINE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	Cotas	142.293	62,68
Diretoria Executiva			2	0,82
Conselho Fiscal			0,00	0,00
<b>Total</b>			142.295	63,50

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA.	Cotas	327.898.667	62,68
Diretoria Executiva			4.274	0,82
Conselho Fiscal			N/A	N/A
<b>Total</b>			327.902.941	63,50

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	VBLOG – LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.	Cotas	62.680	62,68
Diretoria Executiva			817	0,82
Conselho Fiscal			0	0,00
<b>Total</b>			63.497	63,50

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
------------	--	------------------	------------	---------------------

Conselho de Administração	STORE ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA.	Cotas	313.400	62,68
Diretoria Executiva			4	0,82
Conselho Fiscal			0,00	0,00
<b>Total</b>			313.404	63,50

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	LIONE COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.	Cotas	96.207.312	62,68
Diretoria Executiva			1.254	0,82
Conselho Fiscal			0,00	0,00
<b>Total</b>			97.461.323	63,50

31/12/2019	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	PREMIER DISTRIBUIDORA DE VESTUÁRIO, CALÇADOS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA.	Cotas	18.804	62,68
Diretoria Executiva			245	0,82
Conselho Fiscal			0,00	0,00
<b>Total</b>			19.049	63,50

**13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Na data de atualização deste Formulário de Referência não havia registros formais de planos de previdência para membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários.

### 13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais

R\$	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Número total de membros	5,92	5,00	6,00	10	9,83	9,00
Número de membros remunerados	5,92	5,00	6,00	7	6,17	0,67
Valor da maior remuneração (Reais)	4.191.301	3.085.249,81	5.312.072,69	4.866.251	3.032.239,86	64.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.329.728	1.289.345,66	1.201.810,61	125.000	229.166,70	64.000,00
Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	2.318.555	2.079.187,85	2.666.115,40	847.792	716.894,66	95.522,39

#### 2019

##### Diretoria Estatutária:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

##### Conselho de Administração:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de todos os membros deste órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

#### 2018

##### Diretoria Estatutária:

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

### **Conselho de Administração:**

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

### **2017**

#### **Diretoria Estatutária:**

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

#### **Conselho de Administração:**

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Como o único membro remunerado do Conselho de Administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 recebeu remuneração por 6 meses, o valor médio da remuneração anual é maior do que o valor da maior remuneração anual.

**13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Na data de atualização deste Formulário de Referência não havia registros formais de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 – Percentual na remuneração total devido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>2019</b>	93,75%	00,00%	N/A
<b>2018</b>	81,72%	00,00%	N/A
<b>2017</b>	0,00%	32,91%	N/A

**13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Nos últimos três exercícios sociais, os nossos administradores não receberam qualquer remuneração da nossa Companhia que não a atribuída a eles em contraprestação aos serviços prestados em razão do cargo que ocupam na Administração da nossa Companhia.

**13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia**

Nos últimos três exercícios sociais não foram recebidas remunerações pelos nossos administradores, que não estejam relacionadas ao exercício do cargo na nossa Companhia.

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.)	5.986.630	13.991.328	N/A	19.977.958
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.)	4.423.240,06	10.323.439,25	N/A	14.746.679,31
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor – em R\$</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	N/A	-
Controlada do emissor (SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda.)	64.000,00	15.996.692,39	N/A	16.060.692,39
Sociedades sob controle comum	-	-	N/A	-

As remunerações evidenciadas acima transitaram no resultado da Companhia, tendo em vista que a Companhia consolida os resultados de sua controlada SBF Comércio de Produtos Esportivos Ltda. Dessa forma, os valores indicados no item 13.2 deste Formulário de Referência já englobam os valores indicados neste item 13.15.

### 13.16 – Outras informações relevantes

#### Informação adicional ao item 13.1

Em 14 de novembro de 2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o contrato de prestação de serviços do atual Presidente do nosso Conselho de Administração (“Contrato”), Sr. Sebastião Vicente Bomfim Filho (“Bomfim”), o qual foi celebrado entre o Presidente do nosso Conselho de Administração e a nossa Companhia, em 14 de novembro de 2017, entrou em vigor em 02 de janeiro de 2018 e permanecerá válido durante o prazo em que o mencionado conselheiro exerça o cargo de Presidente do Conselho de Administração. O Contrato foi aditado em 15 de março de 2018, em 19 de dezembro de 2018, em 28 de janeiro de 2019 e em 15 de fevereiro de 2019.

O Contrato prevê que, enquanto o Sr. Bomfim ocupar o cargo de Presidente do nosso Conselho de Administração, deverá (i) empenhar seus melhores esforços no desempenho de suas obrigações para com a nossa Companhia, nossos fornecedores, investidores no Brasil e no exterior, assim como desempenhar todas e quaisquer outras tarefas de representação que lhe foram designadas com diligência e dedicação; (ii) abster-se de praticar qualquer atividade que seja incompatível com os nossos negócios; (iii) não participar de negociações, contratos, parcerias ou prestar serviços, pessoalmente, em atos que possam competir com a nossa Companhia ou possa causar danos para as nossas atividades; (iv) não transmitir, direta ou indiretamente, para qualquer pessoa, durante o período de vigência do Contrato e inclusive pelo período de 02 (dois) anos após a rescisão deste, qualquer informação ou *know-how* técnico, administrativo e/ou comercial que tenha relação com a nossa Companhia ou quaisquer de nossos clientes, de caráter confidencial, mantendo absoluto sigilo quanto a tais informações e *know-how*; (v) devolver à nossa Companhia, em caso de rescisão ou extinção do Contrato, todos os documentos, relatórios, memorandos, comunicações internas, cartas ou quaisquer outros tipos de documentos ou equipamentos relacionados a quaisquer assuntos da nossa Companhia ou de nossos clientes que estiverem sob a posse ou controle do Sr. Bomfim, não retendo sob quaisquer circunstâncias cópias de tais documentos; e (vi) respeitar as normas, políticas e regimentos internos da nossa Companhia, conforme aplicável.

Em contrapartida aos serviços prestados como Presidente do Conselho de Administração, o Contrato dispõe que o Sr. Bomfim será mensalmente remunerado no valor bruto de R\$251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais). A referida remuneração será anualmente reajustada a partir do mesmo percentual, obtido por média ponderada aplicado à remuneração fixa dos membros da nossa Diretoria Estatutária, no respectivo período.

Em adição aos valores previstos acima, o Sr. Bomfim fará jus ao recebimento do valor de R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), a ser ajustado anualmente pelo IGP-M/FGV e pago em dinheiro, mediante transferência eletrônica a ser realizada em conta-corrente, no 15º (décimo quinto) dia útil de janeiro do exercício social subsequente ao exercício social em que os serviços forem prestados.

Além dos valores descritos acima, o Sr. Bomfim receberá o mesmo pacote de benefícios oferecidos quando do exercício do cargo anterior na nossa Companhia, em consonância com as normas, limites e mudanças aplicáveis a tais benefícios no decorrer do tempo, estando garantido: plano de saúde executivo; seguro “D&O”; seguro de vida; dentre outros.

O contrato de prestação de serviços celebrado com o Sr. Bomfim regula a remuneração total a ser percebida por ele enquanto Presidente do nosso Conselho de Administração, sendo certo que não existe qualquer outra remuneração adicional percebida pelo mencionado Conselheiro atrelada ao exercício do cargo de administrador da nossa Companhia. Dessa forma, os valores indicados nos itens 13.2, 13.3 e 13.11 deste Formulário de Referência referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2020 (conforme aplicável) já englobam os valores previstos no Contrato.

Por fim, a celebração, pela nossa Companhia, do último aditamento ao contrato de prestação de serviços do Sr. Bomfim foi aprovada em sede de assembleia geral extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2019, que contou com a participação de 100% dos nossos acionistas. As deliberações foram tomadas por unanimidade e, na ocasião, os nossos acionistas consignaram que a remuneração diferenciada do Sr. Bomfim está em linha com os critérios estabelecidos na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e se justifica, tendo em vista (a) a experiência profissional do Sr. Bomfim no nosso setor de atuação, colecionado pelo mesmo desde a nossa fundação, o que lhe confere competências únicas para contribuir na definição de estratégias cruciais ao nosso sucesso e, por conseguinte, incrementa sobremaneira o valor dos seus serviços no que tange às suas competência e reputação profissional; e (ii) a extensão e o tempo dedicado pelo Presidente do Conselho de Administração às suas funções que, de forma integral, se dedica exclusivamente à orientação dos negócios gerais da nossa Companhia e de demais sociedades parte do nosso grupo econômico. Os nossos acionistas consignaram ainda que a remuneração do Sr. Bomfim foi definida tendo-se por base a persecução do interesse social da Companhia, nos termos do artigo 154 da Lei das Sociedades por Ações.

A celebração do referido contrato está em linha com a estratégia da nossa administração que visa, ao mesmo tempo, a preservação da experiência e do *know-how* do fundador da nossa Companhia no setor varejista de artigos esportivos e a profissionalização constante da nossa Diretoria, que conta com executivos técnicos e especializados.

### **Informação adicional ao item 13.2**

Em atenção à Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"), no item 13.2 deste Formulário de Referência informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 b do Anexo 24 da ICVM 480); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 13.2 c do Anexo 24 da ICVM 480). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº2/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/ nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso). Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

## Diretoria Estatutária

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maiο	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>TOTAL</b>	<b>84,00</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>7,00</b>

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maiο	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>5,92</b>

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maiο	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>5,00</b>

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maiο	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>6,00</b>

b) *Número de membros remunerados*

Previsão para 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>TOTAL</b>	<b>84,00</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>7,00</b>

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>5,92</b>

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>5,00</b>

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>6,00</b>

### Conselho de Administração

a) *Número total de membros:*

Previsão para 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>10,00</b>

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>10,00</b>

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>9,83</b>

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	9
Maio	9
Junho	9
Julho	9
Agosto	9
Setembro	9
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>9,00</b>

b) *Número de membros remunerados*

Previsão para 2020:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	10
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maió	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>10,00</b>

Em 2019:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Maió	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>7,00</b>

Em 2018:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	7
Abril	7
Maió	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>6,17</b>

Em 2017:

MESES	Nº DE MEMBROS
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maió	1
Junho	1
Julho	1
Agosto	1
Setembro	1
Outubro	1
Novembro	1
Dezembro	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>
<b>MÉDIA (TOTAL/Nº DE MESES)</b>	<b>0,67</b>

**Anexo IV**  
**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**

# Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

## BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

GRUPO SBF S.A.

30/04/2020

<b>Nome do Acionista</b>
<b>CNPJ ou CPF do acionista</b>
<b>E-mail</b>
<b>Orientações de preenchimento</b> <p>Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 30 de abril de 2020 (“<u>AGOE</u>”) mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância (“Boletim”). O Boletim é um documento cuja forma reflete o Anexo 21-F da Instrução CVM 481/2009, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da AGOE.</p> <p>Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da AGOE, as seguintes instruções deverão ser observadas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) é imprescindível que os campos acima sejam preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Economia, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato;</li><li>(ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o boletim;</li><li>(iii) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos;</li><li>(iv) todas as páginas devem ser rubricadas; e</li><li>(v) será exigido o reconhecimento de firma dos Boletins assinados no território brasileiro e a notariação daqueles concedidos fora do país.</li></ul>
<b>Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à Companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante</b> <p>Para que este Boletim seja considerado entregue, o Boletim e demais documentos necessários mencionados abaixo, deverão ser enviados pelo acionista e recebidos pela Companhia até 7 dias antes da AGOE, ou seja, até 23.04.2020.</p> <p>O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia; ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir:</p> <p><u>Envio do boletim diretamente à Grupo SBF S.A.</u></p> <p>O acionista deverá encaminhar os seguintes documentos ao seguinte endereço postal, aos cuidados de nossa Diretoria de Relações com Investidores: Rua Hugo D’Antola, nº 200, Bloco A, 05038-090, na cidade e Estado de São Paulo.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I. via original do boletim de voto a distância com todas as folhas rubricadas e assinado;</li><li>II. cópia autenticada dos seguintes documentos: <b>a) pessoa física:</b> documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista; <b>b) pessoa</b></li></ul>

# Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

## BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

GRUPO SBF S.A.

30/04/2020

**jurídica:** documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representantes legais e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; **c) fundo de investimento:** documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representante legais, último regulamento consolidado do fundo com CNPJ; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico [ri@centauro.com.br](mailto:ri@centauro.com.br). De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original (física) do Boletim e a cópia dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista até o dia 23.04.2020.

Envio do boletim para prestadores de serviços:

a) Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais

Adicionalmente à opção anterior, o acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Grupo SBF S.A.

Neste caso, o acionista/procurador deverá se dirigir a qualquer agência do Bradesco, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim preenchido, rubricado e assinado, bem como dos documentos constantes abaixo, até o dia 23.04.2020.

Cópia autenticada dos seguintes documentos: **a) pessoa física:** documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do acionista; **b) pessoa jurídica:** documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representantes legais e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; **c) fundo de investimento:** documento válido de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) dos representante legais, último regulamento consolidado do fundo com CNPJ; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

b) Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia

O acionista titular de ações depositadas na central depositária da B3 que optar por exercer seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por eles determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à central depositária da B3.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução nº CVM 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para seus agentes de custódia em até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGOE, ou seja, até 23.04.2020, salvo se prazo menor for estabelecido por seus agentes de custódia.

Para mais esclarecimentos, acessar a Proposta da Administração referente a AGOE, disponível nos websites da Companhia ([www.ri.centauro.com.br](http://www.ri.centauro.com.br)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) na rede mundial de computadores. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Departamento de

# Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

## BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

GRUPO SBF S.A.

30/04/2020

Relações com Investidores, no telefone: +55 11 2588-5000 ou por e-mail: <a href="mailto:ri@centauro.com.br">ri@centauro.com.br</a> .
<b>Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia</b>  Os documentos deverão ser encaminhados ao seguinte endereço postal, de nossa sede social: Rua Hugo D'Antola, nº 200, 05038-090, na cidade e Estado de São Paulo, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.
<b>Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato</b>  O acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Bradesco, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Grupo SBF S.A.. Banco Bradesco S.A. (Bradesco) e-mail: <a href="mailto:dac.acecustodia@bradesco.com.br">dac.acecustodia@bradesco.com.br</a> Telefone: 0800 701 1616
<b>Deliberações</b>
<b>Deliberação Simples</b> 1. A tomada das contas dos administradores, bem como o exame e a discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, nos termos da Proposta da Administração.  [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
<b>Deliberação Simples</b> 2. A destinação do resultado do exercício, sendo R\$267.091.062,15 para compensar prejuízos acumulados nos exercícios sociais anteriores, R\$15.508.526,64 para a composição da reserva legal e R\$27.570.944,06 para a composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos da Proposta da Administração.  [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
<b>Deliberação Simples</b> 3. A retificação do montante global da remuneração da Administração para o biênio 2019/2020, para o valor de R\$62.081.246,40, nos termos da Proposta da Administração.  [ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se
<b>Questão Simples</b> 4. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei das S.A.?  [ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Cidade: \_\_\_\_\_

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**

**GRUPO SBF S.A.**

**30/04/2020**

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura : \_\_\_\_\_

Nome do Acionista: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_